

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

MANFRED GONZALES ACHAVAL

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL-ECONÔMICO DA BOLÍVIA (1990-2015)

Florianópolis

2017

MANFRED GONZALES ACHAVAL

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL-ECONÔMICO DA BOLÍVIA (1990-2015)

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito obrigatório para a obtenção
de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arend

Florianópolis

2017

Manfred Gonzales Achaval

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Manfred Gonzales Achaval na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof.Dr. Marcelo Arend
Orientador

Profa. Dr^a. Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski
Membro

Prof.Dr. Ronivaldo Steingraber
Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família, que não mediriam esforços, para que eu chegasse até essa etapa da vida, em especial: aos meus pais, David e Betty, que com muito esforço e amor, criaram eu meu irmão, espero ser merecedor do esforço por vocês dedicado a mim, agradeço ao meu irmão Diego David por me cuidar desde criança, pelo amor e confiança que tem, em mim, e a minha namorada Josiane, por ter estado ao meu lado nesse importante momento, pela paciência, carinho, amor e força no desenvolvimento dessa monografia.

Agradeço aos amigos que fiz no curso, principalmente pela companhia e horas de estudos dedicado ao curso de economia.

Agradeço ao meu orientador Marcelo Arend, por ter acreditado no potencial desta monografia e na elaboração.

Agradeço a Deus, por me proporcionar essa oportunidade de agradecer a todos que contribuíram para minha jornada.

RESUMO

O presente trabalho tem dois objetivos principais, a saber: uma abordagem histórica da nação boliviana para compreender a sua trajetória no período contemporâneo, identificando ciclos de transições econômicas, e a definição de se o crescimento recente está de fato convergindo para um desenvolvimento econômico. A análise do período de 1990 a 2015 consiste em, primeiramente, utilizar conceitos-chave teóricos e macroeconômicos para se entender as mudanças na conjuntura econômica; após, utilizar indicadores que expliquem se ocorreu a diminuição ou o aumento da pobreza e da concentração de renda e, no final, utilizar o embasamento teórico para verificar o desenvolvimento econômico. A pesquisa histórica permitiu observar os ciclos econômicos e a pobreza existente e também constatou que, antes do ano de 2005, houve um aumento na concentração da renda que somente foi revertido anos seguintes, ocasionado pelo crescimento econômico constante ocorrido depois do ano de 2005 que convergiu para o desenvolvimento econômico, mas notado somente nos últimos anos do intervalo avaliado.

Palavras-chaves: Bolívia, História Econômica, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The work has two main objectives, namely: a historical approach of the Bolivian nation to understand its trajectory in the contemporary period, identifying economic transitions cycles, and the definition as to if the growth is, in fact, converging to an economic development. An analysis comprising the period from 1990 to 2015 consists in, first of all, to use key macroeconomic theoretical concepts to understand changes in the economic conjuncture; then, display the indicators that explain if there has been a decrease or increase of poverty and of the income concentration. At the end, use the theoretical background to verify the economic development. The historical research allowed to observe the economic cycles and the existing poverty, and, before the year 2005, it was also verified that there was an increase in the income concentration that was only reverted in the following years, due to constant economic development after 2005 that converged to the economic development, but evaluated only in the last years of the period.

Keywords: Bolivia, Economic history, Economic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O Índice de Desenvolvimento Humano do mundo em 2014.....	20
Figura 2- A Curva de Lorenz.....	21
Figura 3- O mapa global do Índice de Gini	22
Figura 4- O mapa da Bolívia atualmente e os territórios cedidos.....	31
Figura 5 – Mapa do Estado Plurinacional da Bolívia.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A inflação e crescimento da base monetária M3 no período 1912 a 1959.....	34
Gráfico 2 – A taxa total de desemprego (em percentual da força de trabalho total)	45
Gráfico 3 – Taxa de internacionalização sobre o PIB da Bolívia, de 1990 a 2015.	49
Gráfico 4 – IDH com 6 países escolhidos, no período de 1990 a 2015.....	63
Gráfico 5– Taxa de crescimento e taxa média de crescimento anual, no período de 1990 a 2015, do IDH.	63
Gráfico 6– PIB a preço constante em dólares de 2010 e a taxa de crescimento anual.....	65
Gráfico 7 – PIB per capita com Paridade de Poder de Compra (PPC) a dólares constantes de 2011.	66
Gráfico 8 – Taxa de crescimento e taxa média de crescimento anual do PIB per capita com Paridade de Poder de Compra (PPC) em dólares constantes de 2011, no período de 1990 a 2015.	66
Gráfico 9 – A razão entre reservas internacionais e dívida externa total de cinco países selecionados.....	69
Gráfico 10 – Participação do setor público e privado na FBCF.....	71
Gráfico 11 – A dívida pública interna do Tesouro Geral da Nação (TGN) em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balança comercial boliviana em milhares de dólares, nos anos de 2001 a 2010. ..	39
Tabela 2 –Indicadores de emprego, segundo o sexo e o Censo, de 1976 a 2012.....	44
Tabela 3 – A distribuição porcentual da população na principal ocupação, segundo o sexo e o grupo ocupacional em 2015.....	46
Tabela 4 – A Participação dos setores econômicos em porcentagem do no PIB a preços constantes.	46
Tabela 5 – O salário mínimo com reajuste nominal e real, com valores em dólares, de 1991 a 2015.	47
Tabela 6 - O emprego informal não agrícola e seus componentes.	48
Tabela 7– 10 principais produtos exportados e importados da Bolívia, em 2015.....	50
Tabela 8– 10 principais países parceiros da Bolívia em exportações e importações em 2015.	50
Tabela 9 – Balança comercial boliviana em milhares de dólares, nos anos de 2001 a 2015. ..	51
Tabela 10- Preço em dólares do gás natural cobrado a Argentina e do Brasil com volume total exportado.	52
Tabela 11– Indicadores de saúde, de 1992 a 2015.	53
Tabela 12– Bolívia: Taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais idade, por sexo, segundo a área geográfica. Censo da população de 1992 a 2012.....	55
Tabela 13– Bolívia: População total e em porcentagem residente em área urbana e rural, em 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015	56
Tabela 14– Bolívia: Posse de habitação, por departamento, segundo a área geográfica, censo de 2001 e 2012.....	56
Tabela 15– Bolívia: Cobertura de água, saneamento básico e energia elétrica, segundo a área geográfica e os censos de 2001 e 2012.....	57
Tabela 16: O Índice de Gini (estimativa do World Bank).....	58
Tabela 17– Comparação do Índice de Gini (estimação do World Bank) por países escolhidos e variação porcentual.	59
Tabela 18 – Os países selecionados, população que vive abaixo da linha da pobreza extrema e linha da pobreza.....	60
Tabela 19– Participação na renda dos 20% mais pobres e os 20% mais ricos.....	61
Tabela 20 -A taxa de incidência da pobreza, sobre a base de US\$ 1,90 e a base US\$ 3,10 por dia (PPC de 2011) em porcentagem da população.	62

Tabela 21– Os coeficientes do endividamento boliviano da dívida pública externa e PIB em milhões de dólares	67
Tabela 22 – A dívida externa boliviana e seus dois maiores financiadores em milhões de dólares.....	68
Tabela 23 – Participação dos componentes do gasto no PIB a preços correntes, de 2000 a 2015 (em porcentagem).	70
Tabela 24– O saldo da dívida interna do TGN, por moeda em porcentagem	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2. Justificativa	14
1.3 Metodologia	14
2 A MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	16
2.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	16
2.2 AS FERRAMENTAS PARA MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	18
2.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano	19
2.2.2 Pobreza e pobreza extrema	20
2.2.3 Linha da pobreza	20
2.2.4 Índice de Gini	21
3 CONJUNTURA HISTÓRICA E ECONÔMICA	22
3.1 DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL À INDEPENDÊNCIA	23
3.2 A BOLÍVIA DA PÓS-INDEPENDÊNCIA AO FINAL DO SÉCULO XX	26
3.3 A BOLÍVIA CONTEMPORÂNEA (1990- 2015)	36
4 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO	42
4.1 OS SETORES PRODUTIVOS	43
4.2 Economia internacional: produtos exportados e importados por setores	48
4.3 RESULTADOS SOCIAIS	52
4.3.1 Saúde	53
4.3.2 Educação	53
4.3.3 Qualidade da moradia	55
4.3.4 Indicadores de desigualdade, pobreza e desenvolvimento humano	58
4.3.4.1 Índice de Gini	58
4.3.4.2 Pobreza, pobreza extrema e linha de pobreza	59
4.3.4.3 Participação dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres	60
4.3.4.4 Taxa de incidência da pobreza, sobre base US\$1,90 por dia e US\$3,10 por dia	61
4.3.4.5 IDH	62

4.4 ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	64
4.4.1 PIB	64
4.4.2 Dívida Externa e Reservas Internacionais	66
4.4.3 Dívida Interna	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	77
ANEXO A.....	80
ANEXO B	81
ANEXO C.....	82
ANEXO D.....	83

1 INTRODUÇÃO

A finalidade desta pesquisa é compreender o desenvolvimento socioeconômico da Bolívia entre 1990 e 2015. A Bolívia vem passando, atualmente, por grandes transformações econômicas, políticas e sociais. Assim, impulsionada por um grande crescimento econômico recente, originado pelo aumento do preço das matérias-primas no mercado internacional e pela mudança de pensamento econômico, busca-se verificar se esta condição contribuiu para um desenvolvimento social.

O começo do século XXI foi marcado pelo aumento da pobreza e desigualdade social, logo se desencadeou revoltas populares como a guerra da água, oriunda da ocorrência de cidadãos insatisfeitos com a alta do preço da água, ocorrida após a privatização da companhia de água em Cochabamba, e com a guerra do gás gerada por movimentos populares que se rebelaram contra a decisão do presidente Sánchez de Lozada de exportar o gás natural, via Chile, aos Estados Unidos da América, algo logo visto como uma afronta aos manifestantes, por tratarem o Chile como um “inimigo” histórico, desde a Guerra do Pacífico em 1879, que ocasionou a perda do acesso ao mar e o sentimento crescente de anti-imperialismo norte-americano da população (CAMARGO, 2006).

Uma das transformações políticas recentes foi à eleição presidencial em 2005, na qual Juan Evo Morales Ayma, se elegeu como o primeiro presidente autodeclarado indígena a governar o país.

A chegada de dezembro de 2005, as pesquisas anunciaram um empate técnico entre Morales e Quiroga (candidato por PODEMOS), ao redor de 30% para ambos. À noite, a contagem rápida anunciava uma clara vitória do MAS com 51%, os resultados finais outorgaram 53.7% dos votos (VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO, 2010, p. 8).

A transição do pensamento econômico do neoliberalismo para o nacionalismo consumou-se no governo de Evo Morales, embasado em uma visão do Estado empreendedor e provedor. A nacionalização dos recursos naturais foi fundamental para uma política econômica denominada de Modelo Económico Social Comunitário Produtivo (MESCP), que consiste em um desenvolvimento social, respaldado nos recursos naturais, para financiar as políticas sociais de retribuição de renda (ARCE CATAFORA, 2015). Nesse sentido, o recurso chave da economia boliviana é o gás natural, por ser o principal produto exportado, portanto sendo este o primeiro setor estatizado. A mudança nas leis do Estado, em 2006, com a convocação de uma Assembleia Constituinte, para a promulgação de uma nova Constituição, ocorrida em 2009, na

qual são reconhecidos como principais pontos: reconhecer 37 idiomas oficiais, garantir e incentivar a cultura indígena, o direito coletivo acima da propriedade privada, e alterar o nome oficial da República da Bolívia para Estado Plurinacional da Bolívia (GAZETA OFICIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA, 2015).

Segundo a UNICEF (2003): a Bolívia é considerada um dos países mais pobres da América Latina, logo restringindo parte da população em disfrutar e exercer seus direitos, de acordo com mapa da pobreza em 2002, com base no censo 2001 do Instituto Nacional de Estatística (INE) da Bolívia, a pobreza atinge 59% da população.

Nestes contextos, as perguntas a serem respondidas por esta monografia são: a origem do Estado boliviano, embasado em análise histórica desse Estado para interpretar o presente, procurar compreender a causa da pobreza atual e por fim, avaliar o período 1990 a 2015, com a finalidade de averiguar se o crescimento econômico recente, de fato, converge para um desenvolvimento econômico.

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos desta monografia se decompõem em objetivo geral e os objetivos específicos, conforme se disserta a seguir

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a história econômica da Bolívia e o desenvolvimento econômico do Estado Plurinacional da Bolívia no período de 1990 a 2015.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar a literatura econômica sobre a convergência do crescimento econômico em desenvolvimento econômico.
- b) Examinar as origens do Estado Boliviano, para a melhor compreensão do presente.
- c) Salientar as diferenças do pensamento econômico dos governos recentes.
- d) Analisar os resultados sociais e econômicos no intervalo de 1990 a 2015.

1.2. Justificativa

A pesquisa consiste em uma análise embasada, principalmente, nas raízes do Estado Boliviano, em que se podem verificar as transformações ocorridas durante séculos, para se chegar ao que se conhece atualmente como Estado Plurinacional da Bolívia.

O estudo almeja deixar claro se houve desenvolvimento econômico recente e, ainda, enriquecer o debate acadêmico sobre o referido país.

A importância do estudo em face de compreender o país vizinho, geograficamente, reside no fato de este ser um parceiro comercial brasileiro estratégico, além de também dizer respeito à história da nação boliviana. O foco de estudo está entre o período 1990 a 2015 em função de entender as grandes transformações econômicas e sociais ocorridas recentemente.

1.3 Metodologia

Segundo GIL (1997, p. 38), “A complexidade observada nas diferentes pesquisas econômicas é bastante variável. Por essa razão, é possível classificar as várias pesquisas segundo o nível de complexidade”.

Assim, algumas classificações respeitadas no campo das ciências sociais são: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que verificam hipóteses casuais (SELLTIZ et alli, 1967). A classificação aqui utilizada é a de estudos descritivos.

No caso, a monografia seguirá a pesquisa bibliográfica, pois o foco estará em materiais já publicados, o que permite estudar os fatos históricos, que são essenciais para entender todo o processo econômico e social, possibilitando efetuar análises com fundamentação teórica. Outro ponto pertinente é a investigação em uma escala de fatos mais vasta do que aquela que poderia investigar diretamente (GIL, 1997).

Já a coleta e análise de informações estarão baseadas em fontes primárias, como: artigos, bases de dados, bancos de dados, decretos oficiais e documentos governamentais, sendo que, as principais bases utilizadas serão: Banco Central da Bolívia (BCB), Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE), World Bank, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE). Em fontes secundárias estão: livros, revistas e teses.

Em relação à organização do trabalho, o mesmo está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo compreende a introdução, a apresentação do tema, do problema de pesquisa, dos objetivos, da justificativa e da metodologia.

O segundo capítulo consiste no referencial teórico, denominado de “Mensuração do desenvolvimento”, embasado principalmente na ideia do desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, já que este autor é um importante economista, premiado em 1998 com o Nobel em economia, cujo trabalho focou no cunho social, preocupado em erradicar a pobreza. Sua forma de mensurá-la, contribuiu para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conjuntamente com o paquistanês Mahbub Ul Haq. As ferramentas para essa mensuração são o IDH, as linhas de pobreza da CEPAL e do World Bank, e o Índice de Gini do World Bank. O terceiro capítulo é constituído de uma pesquisa histórica acerca da Bolívia, com passagens dos períodos pré-colombiano até o período da Bolívia contemporânea, com a finalidade de demonstrar os principais ciclos econômicos, enfatizando as grandes transformações políticas e sociais, visando a compreensão do presente. O quarto capítulo, um ensaio do período de 1990 a 2015, no qual se analisa a economia, detalhando os setores produtivos, o mercado internacional, os resultados sociais e a economia do setor público, visando assim entender a conjuntura econômica da Bolívia. As considerações finais, aplicando principalmente a teoria de Amartya Sen, na economia da Bolívia, pretendem averiguar se houve desenvolvimento econômico efetivo.

2 A MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento econômico constitui o foco a almejar de todos os países atualmente, entretanto, décadas atrás, o pensamento era extremamente voltado para o crescimento econômico, porque se entendia que o desenvolvimento econômico ocorreria naturalmente. Porém, a história confirma que não era bem assim.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (PNUD, 2016).

Logo, é possível haver crescimento econômico quando, por exemplo, um país tem um grande aumento no Produto Interno Bruto (PIB) médio *per capita* e, simultaneamente, um aumento na desigualdade social. O crescimento econômico é superficial, sendo necessário avaliar as variáveis ligadas ao bem-estar social.

2.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

A liberdade é o centro do pensamento de Amartya Sen, sendo que a liberdade é definida como a oportunidade de se fazer escolhas, já que, quando não podemos ter o poder de decisão, ou não somos capazes de tomar decisões, se ocasiona uma restrição à liberdade e também uma restrição de capacidade. O desenvolvimento ocorre quando são suprimidas as privações de liberdade e de capacidade, libertando, portanto, o agente para sofrer as consequências de sua própria decisão e oportunidade (SEN, 1999).

A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões:

- 1) *A razão avaliatória*: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) *A razão da eficácia*: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (SEN, 1999, p. 17).

Ao analisar os componentes do desenvolvimento segundo Amartya Sen (1999), nota-se que eles são baseados em cinco pontos distintos de liberdades: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A liberdade política é, em outras palavras, o direito cívico, em que um indivíduo tem

o de poder exercer a escolha de seus governantes, o direito de se expressar e votar livremente em eleições diretas. O segundo ponto, as facilidades econômicas, consiste na forma em que todos podem manusear seus recursos no funcionamento econômico do comércio, na forma de produção dos bens e de troca. As oportunidades sociais são, em poucas palavras, o direito de ter qualidade de vida, uma educação pública de qualidade e, ainda, um serviço público de saúde, sendo uma das bases chave para se lograr o desenvolvimento econômico. As garantias de transparência são essenciais para se ter credibilidade nas instituições públicas e para que elas funcionem, de forma clara, contra governos irresponsáveis e contra a corrupção. Por fim, a segurança protetora constitui a segurança social, pois é uma forma de resguardar, por exemplo, a remuneração ao aposentado ou, em outros casos, o seguro desemprego, para assim garantir dignidade a todos, inclusive, no final da vida.

Pode-se dizer que o crescimento econômico realmente leva ao desenvolvimento econômico, porém isso não ocorre de uma maneira uniforme para toda a população, já que a diferença de liberdade, por exemplo, ocorre até em países ricos. Para Sen (1999), nos Estados Unidos da América, a população afro-americana possui uma renda *per capita* inferior à população branca do mesmo país, embora em comparação com os países em desenvolvimento como China e o Estado de Kerala da Índia, sua renda seja extremamente superior, possuindo, porém, uma expectativa de vida menor em idade avançada que os países em desenvolvimento citados anteriormente. Logo, a população afro-americana sofre uma privação que pode ser relativa, comparada aos brancos do mesmo país, e absoluta, ao comparar com China e Índia.

A participação do mercado no desenvolvimento constitui um mecanismo que permite às pessoas alcançarem um bem-estar social digno, no caso do sistema de troca entre países. O problema ocorre quando um indivíduo não consegue estar empregado para participar do sistema de trocas. O dano disso não é só a perda de renda, mas uma privação no sentido psicológico. A necessidade de se investir no bem-estar, principalmente, em crescimento econômico, garante a expansão de liberdades (SEN, 1999).

Ainda segundo Sen (1999), a pobreza seria uma privação de capacidade que se reflete em não ter poder de escolha. Um indicador do fato de a pessoa ser pobre é a falta de renda, embora a pobreza seja mais ampla que isso. A educação e a saúde, por exemplo, são maneiras mais efetivas para superar esse problema do que apenas receber auxílio financeiro.

No entanto, a distinção entre desigualdade de renda e desigualdade econômica é importante. Muitas das críticas ao igualitarismo econômico como um valor ou objetivo aplicam-se bem mais facilmente ao limitado conceito de desigualdade de renda do que as mais amplas de desigualdade econômica. do que a concepção mais ampla de desigualdade econômica (SEN, p. 146, 1999).

Para Sen (1999), o governo democrático é um elemento fundamental para o aumento de liberdade, pois primeiramente, com a liberdade de expressão assegurada, é possível haver debate público com participação popular, entendendo-se, então, as necessidades e, com isso, definindo-se prioridades como, por exemplo, a prevenção de fome coletiva. O embate de ideias divergentes ou de oposições enriqueceria o debate. A fome que descapacita a população pode ser evitada por governos democráticos. O Estado, quando promove políticas de saúde, e de educação e quando gera emprego, promove uma revolução, uma vez que a população adquire o poder da escolha, e definindo o que é melhor para ela. A democracia proporciona que a população escolha em que tipo de sociedade quer viver.

Uma importante forma de privação, apresentada por Sen (1999), consiste nas fomes coletivas, que podem acontecer por diversos motivos, não necessariamente a falta de alimentos, mas também por perdas de empregos ou por uma inflação alta, ocasionando a perda do poder de compra. A solução para isso parte de um governo democrático que escute os cidadãos, a fim de fazer políticas sociais e redistribuir melhor os alimentos.

Já o papel da integração das mulheres na sociedade, acontece de maneira gradual, graças à queda da taxa de fertilidade, pois, no passado, com gestações seguidas e o papel de cuidar da prole, criou-se uma restrição à liberdade, já que a mulher deixou de estudar ou de se inserir no mercado de trabalho, para cuidar dos filhos. A relação da diminuição da taxa de natalidade, com o aumento da educação, trouxe uma evolução na possibilidade de escolha das mulheres. A taxa de mortalidade também estaria relacionada com o aumento da educação (SEN, 1999).

O resumo das ideias de Amartya estaria na interpretação da liberdade como sendo meio e fim do desenvolvimento. O desenvolvimento é que ampliaria as capacidades, o que corrobora, então, a importância de governos democráticos, que garantem liberdades substantivas para a população, dando a esta o poder de escolha e de oportunidades.

2.2 AS FERRAMENTAS PARA MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A mensuração do desenvolvimento é algo complexo, uma vez que ela lida com diversas variáveis, muito além do PIB, utilizando-se ferramentas como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini, as medidas de desigualdade (CEPAL) e outros métodos para medir a pobreza, como os do World Bank

A medição da pobreza pode ser realizada por diversas variáveis, como a falta de acessos a produtos básicos, doenças relacionadas à falta de higiene, desnutrição, taxa de

mortalidade infantil, índices de educação básica, entre outras, diversidade que, no entanto, dificulta a definição de qual seria a melhor variável para se mensurar. Portanto, a fim de avaliar a pobreza, emprega-se neste trabalho a metodologia de órgãos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o World Bank e a CEPAL.

2.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano

O produto interno bruto *per capita* não consegue medir de fato o bem-estar de uma população, pois ele consiste em apenas uma simples divisão entre o PIB e a população, logo subentendendo que todos são iguais, mas, ao observar a realidade, percebe-se que isso não ocorre. Então, em 1990, o economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, criou IDH, uma medida para avaliar o bem-estar social.

O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate (PNUD, 2016).

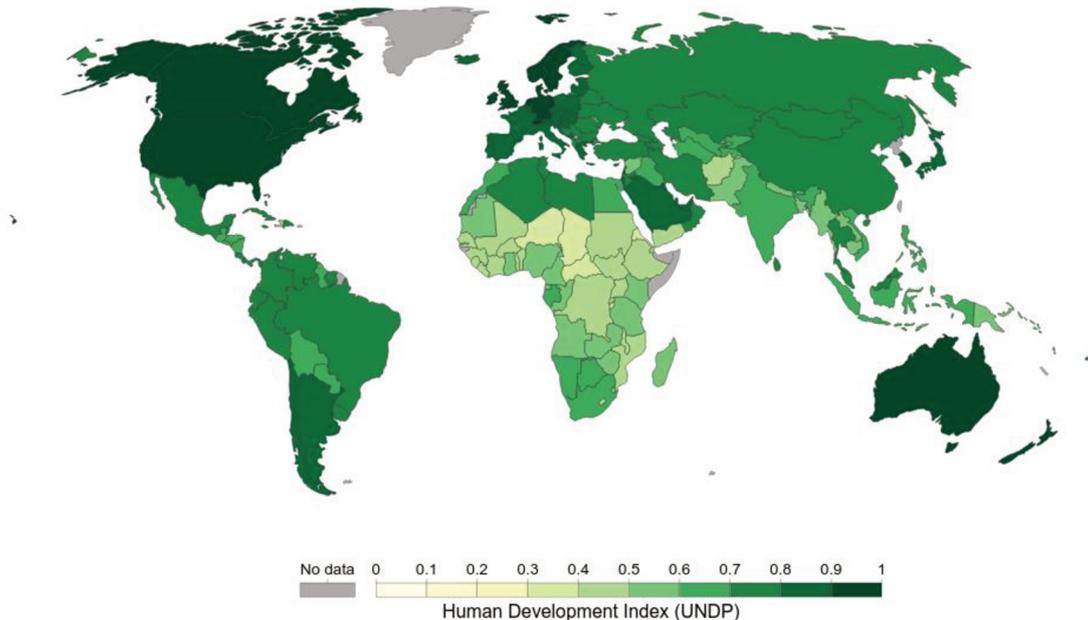
Assim, os pilares do IDH giram em torno da saúde, da educação e da renda, sendo construídos da seguinte forma: a esperança de vida à nascença, a educação mensurada por média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados; e, por último, a renda medida pelo o rendimento nacional bruto *per capita*.

O mapa abaixo demonstra o IDH no ano de 2014, em todo o território global.

Figura 1- O Índice de Desenvolvimento Humano do mundo em 2014

Human Development Index, 2014

The Human Development Index (HDI) is a summary measure of average achievement in key dimensions of human development: a long and healthy life, being knowledgeable and having a decent standard of living. The HDI is the geometric mean of normalized indices for each of the three dimensions.



Source: Human Development Index (UNDP)

OurWorldInData.org/human-development-index/ • CC BY-SA

Fonte: ROSER, 2016.

2.2.2 Pobreza e pobreza extrema

A principal diferença entre a pobreza e a pobreza extrema, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2010), a pobreza extrema ou a indigência entende-se como a situação que não há recursos que permitem satisfazer ao menos as necessidades básicas de alimentação, então, resumidamente, as pessoas residem em lares cuja renda não é suficiente para adquirir uma cesta básica de alimento.

2.2.3 Linha da pobreza

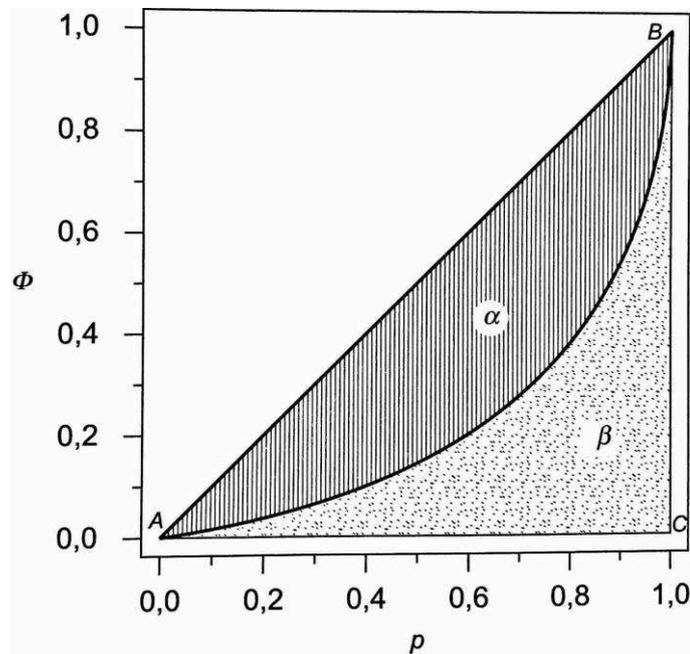
Esse conceito reside na utilização de uma linha com a definição de um número que, arbitrariamente, corresponde ao nível abaixo do qual os indivíduos são considerados como estando na pobreza. Segundo o World Bank (2015) estabelece-se a linha internacional de pobreza pelo valor de US\$ 1,90 por dia para a sobrevivência, contendo atualizações sobre a

diferença dos custos de vida nos distintos países (levando-se em conta os tipos de câmbio de acordo com a paridade do poder aquisitivo). A nova linha da pobreza conserva o poder de compra real da linha anterior (US\$ 1,25 por dia, em valores de 2005), nos países mais pobres do mundo.

2.2.4 Índice de Gini

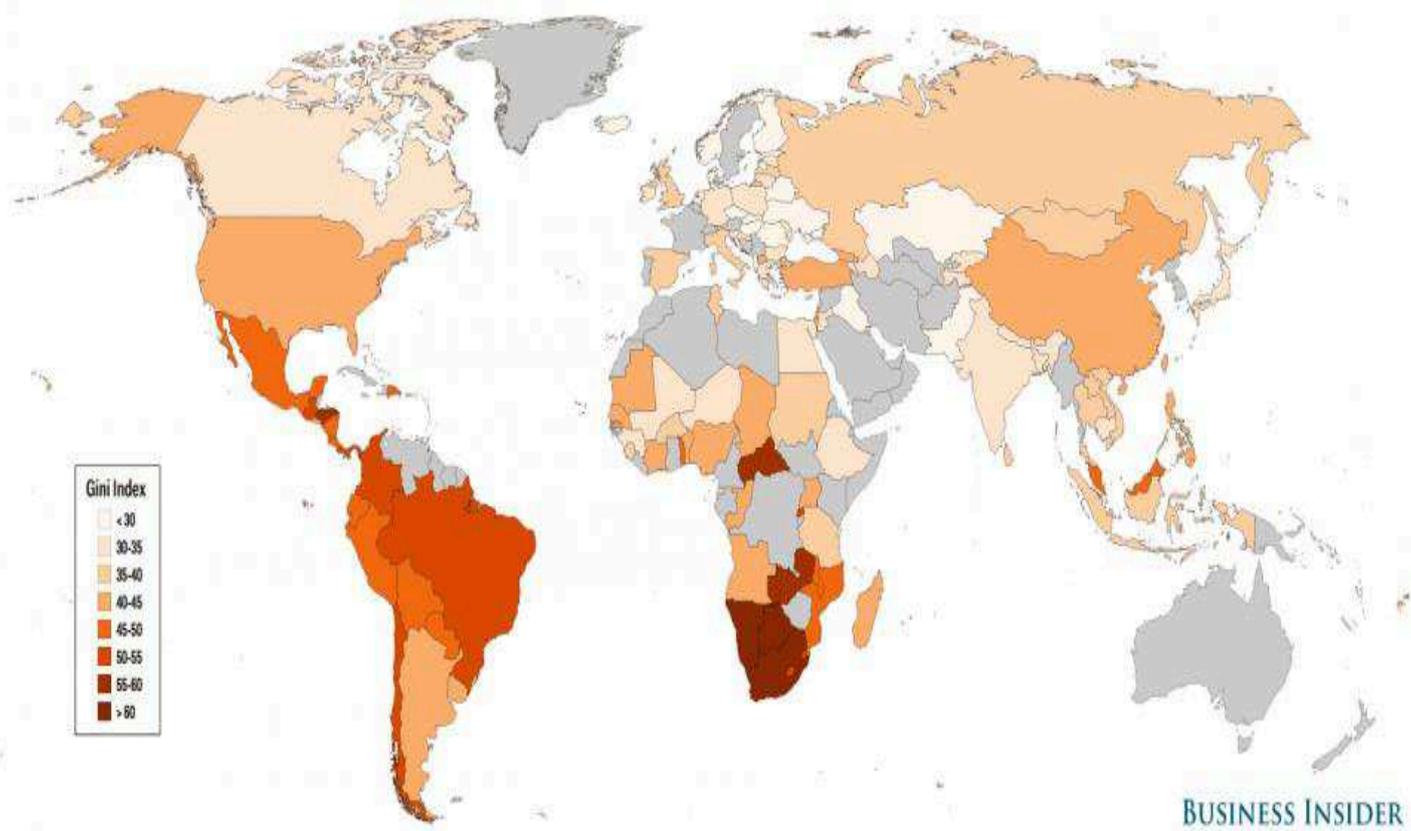
O índice de Gini está embasado na curva de Lorenz, em que P se refere à população e ϕ à renda total. No caso, da amplitude da variação da área α , será perfeitamente igualitária quando $P=\phi$, tendo-se uma perfeita distribuição de renda. Contudo, o índice de Gini consiste em uma relação entre a área de desigualdade indicada por α , e a área do triângulo ABC , representado pela fórmula: $G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha$; logo, o índice de Gini varia no intervalo $0 \leq G \leq 1$, onde zero é completamente igualitário a distribuição da renda e um totalmente concentrado a renda (HOFFMANN, 2006).

Figura 2- A Curva de Lorenz



Fonte: Hoffmann (2006, p. 337).

Figura 3- O mapa global do Índice de Gini



Fonte: KIERZ, Business Insider, 2014.

3 CONJUNTURA HISTÓRICA E ECONÔMICA

A análise histórica da Bolívia é fundamental para compreender o processo de desenvolvimento da nação, destacando-se os períodos de inflexão como guerras e identificando-se os ciclos econômicos, abrangendo desde o período antes da colonização, pois há fortes laços de identidade colonial que ainda predominam na Bolívia contemporânea.

A seção 3.1 analisa desde o período pré-colonial, já que ele constitui a base da sociedade atual, até a independência, enquanto que a seção 3.2 se debruça sobre o período da pós-independência até o final do século XX e por fim, a seção 3.3, apresenta a Bolívia contemporânea, no período de 1990 a 2015.

3.1 DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL À INDEPENDÊNCIA

O território boliviano está localizado no coração do continente da América do Sul, atravessado pela cordilheira dos Andes, no qual se desenvolveram verdadeiras civilizações no período pré-Colombiano, como os Chavín (800 a.C), os Tihuanaco (100 d.C) e os reinos dos aimarás (1200 d.C), em regiões de altitudes superiores a três mil metros. A domesticação de plantas e animais foi decisiva para ocorrer a sedentarização desses povos (KLEIN, 2015).

Os reinos dos Aimarás e Incas impactaram no futuro da nação Boliviana, pois suas culturas ainda são relevantes, de acordo com a UNICEF (2014), resulta que 41% da população se auto declara indígena, sendo observada a população acima de 15 anos.

A região dos Andes antes dos espanhóis chegarem, estava sob o domínio Inca, uma civilização que conseguiu subjugar as outras, porém preservando as culturas das civilizações dominadas. A chegada dos incas na segunda metade do século XV, surpreendentemente, modificou pouco a organização social, econômica e política dos reinos aimarás. Ao manter os governantes tradicionais e dar-se por satisfeitos com a extração de mais-valia mediante tributos, os incas fizeram pouca modificação no tecido vital dos aimarás (KLEIN, 2015, p. 37).

O século XV marcou-se pela expansão e dominação mundial europeia, primeiramente em busca de novas rotas comerciais e depois também em busca de recursos minerais valiosos. Os países ibéricos, Portugal e Espanha, tiveram destaques pois foram os pioneiros no período das grandes navegações, nas quais puderam “descobrir” vastos territórios. O Império Espanhol enfrentou resistência em suas novas colônias, dado que grandes impérios já habitavam a região, como os astecas e maias, na região da América Central, e o Império Inca na América do Sul. No entanto, a superioridade bélica contra os nativos era esmagadora.

Francisco Pizarro, como outros conquistadores, veio em busca, principalmente, de metais preciosos, descobrindo, posteriormente, que a região do Império Inca seria uma das mais prósperas das colônias espanholas. Após, em 1542, é designado o Vice-Reinado do Peru, que compreendia o território do Peru e da Bolívia atualmente. No caso, a conquista de Francisco Pizarro na região do Peru foi facilitada pelo fato de o Império Inca estar enfraquecido pela disputa interna de poder, após a morte do imperador anterior. A conquista espanhola ocorreu, portanto, sem intensa resistência, sendo que o assassinato do líder do Império Inca, Atahualpa, foi decisivo para a submissão desse império ao Império Espanhol.

O Império Inca estendia-se do sul da Colômbia até o Chile, com sua capital em Cuzco, localizada no sul do Peru atualmente (BETHELL, v. 2, 2008). Após o período conturbado do

início do domínio espanhol sobre o Vice-Reinado do Peru, várias expedições seguiram continente adentro, no caso os Andes, pacificando-se a região e estabelecendo-se novos entrepostos comerciais, como Chuquisaca, a atual Sucre, em 1538, e depois com colônias como a de Santa Cruz de la Sierra, em 1561.

O descobrimento da prata na região de Potosí correspondeu a uma ampla mudança na região, já que sob a tutela do governador do Vice-Reino do Peru, Toledo, criaram-se novas diretrizes para a remoção sem contrabando da prata e ainda se impôs a *mita*, que consiste no trabalho forçado, em forma de rodízio, dos indígenas nas minas de prata. A criação da Real Audiência de Charcas, na cidade de Chuquisaca (Sucre), onde se detinha poderes legais como a autoridade judicial e executiva ao mesmo tempo, foi um caso especial, dada a importância de Cerro Rico, em Potosí. Já a criação de novas cidades como Cochabamba, em 1571, onde se concentravam os indígenas de língua quéchua, estava focada na produção de alimentos como milho e trigo, visando abastecer a região de Potosí.

A riqueza extraída de Potosí foi a responsável não só pela expansão do Império Espanhol dentro do continente americano, mas também pelo enriquecimento da Espanha perante seus pares europeus, originando assim uma cadeia produtiva da prata na América do Sul. O impacto dessa cadeia produtiva não apenas fez surgir novas cidades na Bolívia, como também forçou o governo espanhol a criar uma *audiência* para poder fiscalizá-la melhor, assim como envolveu uma cadeia produtiva do mercúrio que foi retirado em Huancavelica, situada ao sul do atual Peru e, posteriormente, no século XVII, na cidade de Almadén, localizada na Espanha, já que a capacidade de produção de Huancavelica não conseguia suprir o suficiente para a região de Potosí. O mercúrio tinha um papel fundamental para a amalgamação que era na época muito usada na purificação da prata (BETHELL, v. 2, 2008).

Alimentos essenciais como a carne, além da força animal, como mulas para a região de Potosí, vinham sendo produzidos no norte da Argentina, com destaque para a província de Tucumán no que tange ao transporte referente à retirada da prata para ser levada à Espanha.

O comércio inter-regional compreendia uma ampla gama de produtos agrícolas e têxteis. É possível que um terço do açúcar produzido nos vales ocidentais de Cuzco já em 1800 fossem encaminhado para o mercado de Potosí. O Abastecimento da serra peruana era feito com importações contínua e maciças de mulas, criadas nas planícies e nos contrafortes andinos da região do rio da prata e, com erva-mate do Paraguai (BETHELL, v. 2, 2008, p. 211).

Segundo o historiador Ferguson (2009), entre os anos de 1556 e 1783, Cerro Rico produziu 45 mil toneladas de prata pura, a partir das quais eram cunhadas moedas e barras pela

casa da moeda, sendo posteriormente enviadas a Sevilha. No seu auge, Potosí chegou a ter entre 160 mil a 200 mil habitantes, superando grandes cidades europeias. Segundo Klein (2015), a segunda mina de prata mais importante da América do Sul no século XVI ficava também na Bolívia, na região de Oruro, onde se obteve uma grande produção de prata, equivalente a 25%, mas que foi ofuscada pelo potencial da cidade de Potosí.

O desenvolvimento da região da Província da Prata, com o passar dos séculos, fez com que o Império Espanhol reconhecesse sua importância econômica, sendo ilustrativo o aumento do *status* de província para Vice-Reinado do Rio da Prata, que englobava a região da atual Argentina, mais parte do Paraguai e a Audiência de Charcas (Atual Bolívia), que pertencia ao Vice-Reinado do Peru. Assim, deslocou-se o eixo econômico de Lima-Potosí para Buenos Aires-Potosí (KLEIN, 2015).

O período de 1809 a 1825 é marcado por diversas atividades pró-independência nas colônias espanholas e, em específico, na região da América do Sul, período em que o Império Espanhol intensificou seu domínio nas colônias, limitando as indústrias locais, impondo o aumento de impostos incessantes e reforçando a divisão de trabalho entre colônias e metrópole. Segundo essa divisão, as colônias forneceriam matérias-primas, em especial aquelas ligadas à produção de minérios como a prata, e em contrapartida a Espanha enviaria produtos industrializados, mercúrio e outras mercadorias. Porém, a Espanha, em muitos períodos, não honrava o compromisso de enviar os produtos necessários para as colônias, por causa de seu envolvimento em diversas guerras contra o Império Inglês, no final do século XVIII, e por causa das guerras napoleônicas, no começo do século XIX (BETHELL, v. 3, 2009).

A Audiência de Charcas, por diversas vezes, tentou a independência da Espanha, até conseguiu-a por alguns meses; contudo, todas as tentativas até 1825 foram sem sucesso, de fato. As mais importantes a se destacar são: em 1810, com a ajuda do novo exército argentino que buscava a independência de todo o território do Vice-Reinado da Prata, a primeira de duas ocupações sendo liderada por Juan José Castelli e a segunda ocupação, em 1813, comandada por Manuel Belgrano, também do exército argentino que, ainda que alcançando vitórias nas batalhas das maiores cidades da localidade do alto Peru, foi derrotado pelos exércitos enviados pelo Vice-Reinado do Peru (KLEIN, 2015).

Somente com o sucesso dos movimentos de independência dos Vice-Reinados do Rio da Prata, do Peru e da Nova Granada, mas também das Capitânicas Gerais do Chile e da Venezuela, foi possível a libertação da Audiência de Charcas, onde se encontravam os últimos opositores ligados ao exército realista pró-Espanha. Um personagem que obteve sucesso nas

lutas pela independência na América do Sul foi Simón Bolívar, cujo exército, liderado por Antônio José de Sucre, conseguiu vencer a batalha decisiva de Ayacucho.

O clímax da campanha de 1824 foi a batalha de Ayacucho, realizada por Sucre em 9 de dezembro, uma vez que Bolívar se encontrava em Lima. Foi essa a última escaramuça importante da guerra: Sucre destruiu ou capturou todos os sete mil homens do exército comandado pelo vice-rei José de la Serna.(BETHELL, v. 3, 2009,p. 174).

Em 8 de agosto em 1825, houve a criação da República da Bolívia, com nome em homenagem ao libertador Simón Bolívar que, por sua vez, escreveu a constituição da nova nação e foi seu primeiro presidente. O segundo presidente foi Antônio José de Sucre. O grande pensamento de Bolívar centrava-se em uma futura unificação entre Bolívia, Peru e Grã Colômbia, numa espécie de confederação dos Andes que, porém, não conseguiu êxito, em decorrência dos grandes problemas internos em cada nação recém-independente do Império Espanhol (BETHELL, v. 3, 2009).

3.2 A BOLÍVIA DA PÓS-INDEPENDÊNCIA AO FINAL DO SÉCULO XX

A Bolívia independente estava economicamente arruinada nesse período, pois boa parte das suas minas de prata e toda a cadeia produtiva estavam colapsadas por causa das inúmeras guerras internas anteriores à nova república. Outro problema relevante é o isolamento geográfico da Bolívia do mercado Europeu, já que todos os seus principais produtos exportados se encontravam na região do altiplano e, no período colonial, eles eram escoados principalmente via sul da Bolívia, em direção a Buenos Aires. À época, com seus novos vizinhos inseridos em uma era mercantilista, havia a necessidade de pagar a mais para escoar seus produtos para o mundo. No entanto, construiu-se por ordem de Bolívar, em 1825, sua primeira saída ao mar: um pequeno porto na costa pacífica, chamado Cobija. A dificuldade de se levar suas mercadorias a esse porto fez com que, até o fim da Guerra do Pacífico, somente um terço de toda a mercadoria exportada passasse por Cobija (KLEIN, 2015).

O novo país era constituído por sua maioria de indígenas que eram, porém, marginalizados, não participando da política. O poder estava centrado na pequena elite branca e *criolla* consolidada desde anteriormente à independência, que não só conseguia manter seu *status*, como também podia governar sem interferência do Estado.

No momento da independência, John Barclay Pentland, um observador inglês, estima a população da Bolívia em 1.100.000 habitantes, dos quais 800 mil índios, 200 mil brancos, 100 mil mestiços ou *cholos* (de sangue misto), 4.700 escravos negros e 2.300 negros libertos. É provável que não mais de 20 por cento falasse espanhol: a grande maioria falava o quéchua e o aimará. A maior cidade era La Paz, com 40 mil habitantes, seguida de Cochabamba, com 30 mil (BETHELL, v. 3, 2009, p. 569).

Com a economia estagnada, foi necessário conseguir recursos, havendo, portanto, a tributação da população, essa se tratando de uma importante fonte de renda para o novo governo, segundo Camargo (2006, p. 118), dado que a população se tornou a principal fonte de arrecadação, impactando 60% do total arrecadado em 1827. Já com o investimento externo proveniente, em sua maioria, de capital inglês e com os investimentos internos procedentes da elite de Cochabamba, que eram os grandes latifundiários de milho e de trigo, foi possível a reativação das minas de pratas e também sua modernização. As novas máquinas a vapor constituíram uma evolução nas minas, pois possibilitaram a drenagem das antigas minas, desenvolvendo-se com isso uma classe mineira na Bolívia, impulsionando a economia do país.

Para Klein (2015, p. 176), a limitação do capital boliviano dava-se pela concentração no desenvolvimento de uma moderna indústria de prata nos centros mineiros tradicionais do altiplano. Por outro lado, as novas zonas econômicas, como a descoberta da mina de prata Caracoles, no Atacama, e de depósitos de guano e nitrato, no território do pacífico boliviano, atuaram como ímãs para os vizinhos (Peru e Chile) da Bolívia. A região do Atacama no período colonial não possuía relevância econômica, sendo por isso uma região pouco ocupada; contudo, com a formação de novos países, criou-se a necessidade de delimitar suas fronteiras, uma vez que, nesse caso, o Atacama originalmente pertencia a três países: Peru, Bolívia e Chile. A região começou a despertar interesse financeiro com a descoberta de guano e de salitre. O Chile e o Peru já exploravam seus recursos internos e de capital externo, principalmente vindo da Inglaterra.

Segundo Santos (2002, p. 132), o estopim da guerra foi uma querela com o Chile, que possuía um acordo assinado com a Bolívia, em 1874, assegurando proteção do capital chileno sem novos aumentos de impostos; todavia, em 1878, o congresso boliviano decidiu taxar em dez centavos sobre cada quintal de salitre exportado desde 1874, norma que, se descumprida, poderia redundar no confisco dos bens, no caso da Compañía Anónima de Salitre y Ferrocarril de Antofagasta.

Em fevereiro de 1879, o Chile ocupou o porto boliviano de Antofagasta e dois meses mais tarde, declarou guerra à Bolívia e ao Peru, aliado da Bolívia por um tratado secreto de defesa mútua, assinado em 1873. Depois de ocupar todo o litoral boliviano, o Chile invadiu a província de Tacna e de Arica no início de 1880 e o litoral norte em setembro de 1880. Lima caiu em janeiro de 1881. No Peru, as vitórias da marinha e do exército chilenos na guerra do Pacífico levaram ao clímax a crise financeiro e a política da década de 1870 (BETHELL, v. 3, 2009, p. 568).

A derrota iminente do exército boliviano, que não estava preparado para uma guerra, fez com que, ao fim do conflito, o Chile conseguisse assegurar todo o território boliviano da Costa do Pacífico e também parte do território peruano. A política boliviana, dominada por caudilhos militares, logo se viu totalmente desmoralizada diante do desfecho da guerra, a revolta sendo imediata. Um novo governo teve lugar, sobretudo civil, por meio da criação de um sistema político moderno com a criação de partidos. Mas dois pensamentos opostos dominavam o novo cenário: o dos conservadores e o dos liberais (KLEIN, 2015). No período de 1880 a 1899, o partido conservador conseguiu governar o país, com políticas focadas no transporte para a escoação, primeiramente, da prata e, posteriormente, do estanho. As obras ocorridas no período compreenderam a construção da ligação ferroviária de Antofagasta até Oruro. O fim do partido conservador foi resultado de inúmeras revoltas populares, ligadas ao partido liberal e tendo como pauta o federalismo.

O começo do século XX é marcado, na economia boliviana, por um novo ciclo econômico, pautado no estanho como principal produto de exportação, substituindo a prata. Toda a infraestrutura criada pela prata conseguiu ser aproveitada, por causa da proximidade com as regiões ricas em estanho. Então, parte dos produtores da prata migrou para a produção de estanho. O esgotamento natural das reservas de prata e o aumento dos preços no mercado do estanho contribuíram para o crescimento dessa nova atividade econômica.

A dependência com relação ao mercado internacional faz com que a república boliviana seja sensível a mudanças de variações de preços dos seus principais produtos exportados, por se tratarem de *commodities*, como é o caso do estanho e da prata, gerando grandes oscilações nas contas nacionais. O impacto do ciclo econômico da prata no período republicano resultou no renascimento das cidades, impulsionando os latifundiários e provendo constantes recursos excedentes à nação (KLEIN, 2015).

A nova atividade econômica atraiu o capital externo, principalmente o inglês, o estadunidense e o chileno. Por sua vez, o capital nacional boliviano competiu intensamente numa economia de políticas liberais na área da mineração boliviana. Entretanto, o capitalista

boliviano Simón Iturri Patiño alcançou o posto de Barão do Estanho, sendo o maior produtor de minério de estanho da Bolívia.

Entretanto, Patiño centrou sua atenção na integração vertical de suas operações mineiras e em uma ação pouco comum nos círculos capitalistas latino-americanos, tomou medidas para controlar seus refinadores europeus. Depois de unir força com seus consumidores estado-unidenses, finalmente assumiu o controle da maior empresa de fundição do mundo de estanho boliviano, a Williams, Harvey & Co. Ltda., de Liverpool, em 1916. Para princípios da década de 1920, Patiño vivia no estrangeiro permanentemente, e para então podia descrever-se com maior precisão como um capitalista europeu, dadas suas possessões fora da Bolívia. Não obstante, ainda foi o mineiro dominante da Bolívia, seu principal banqueiro privado e, por último, seu capitalista mais poderoso até sua morte, na década de 1940 (KLEIN, 2015, p. 208).

No campo político, novas tensões ocorreram por causa de disputas de territórios, como no caso das invasões de seringueiros originários do Brasil, que se instalam na região boliviana amazônica, no norte do país, não cumprindo o tratado de Ayacucho, assinado em 1867, que limitava as fronteiras entre Bolívia e Brasil. Logo, o novo governo liberal boliviano teve que intervir, porém sem sucesso, na retirada dos seringueiros que, por sua vez, proclamaram a independência do Acre no território boliviano. A disputa só foi resolvida com o tratado de Petrópolis, em 1903, em que se assegurou uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas e a ligação de estradas de ferro entre os países (KLEIN, 2015). O governo liberal boliviano também negociou com o Chile em 1904, sobre o acordo de paz, aceitando a perda do litoral, mediante uma indenização de 300 mil libras e de garantias de investimentos nas linhas férreas bolivianas, principalmente na ligação entre Arica e La Paz. Assim, o governo liberal conseguiu, naquele momento, acalmar os investidores externos, provendo segurança governamental. A logística de transporte boliviana concentrou-se, pois, nas redes ferroviárias, ligando aos países-chave para o comércio internacional e promovendo também a ligação interna entre as cidades e regiões mineiras. Apenas em 1914, com o rompimento do partido liberal que estava no poder desde 1899, houve a criação de um novo partido republicano que controlará o país em 1920, por meio de uma revolta exitosa com a ajuda de classes sociais pouco representativas, durando até 1934 o governo republicano (KLEIN, 2015).

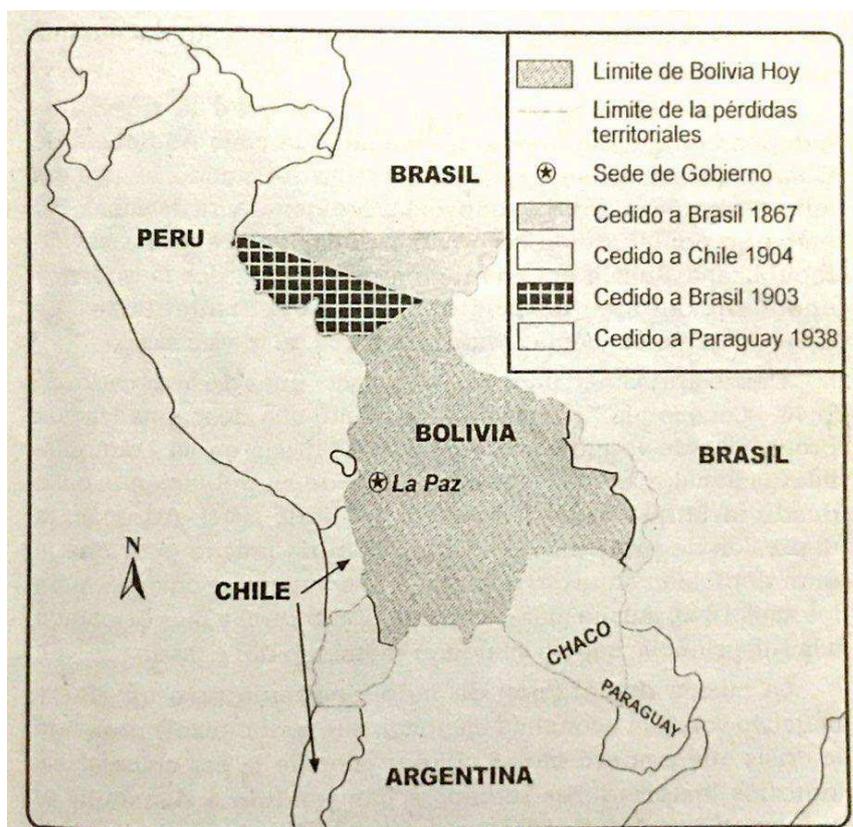
A Primeira Guerra Mundial contribuiu para o aumento do preço de todas as *commodities* de minérios, principalmente do estanho, num período de crescimento que duraria até a quebra da bolsa de Nova York, em que a grande depressão americana atingiu a desvalorização do estanho e, além disso, a principal renda da República da Bolívia.

As novas políticas do governo, com a ajuda da missão Kemmerer, criada com a finalidade de regularizar os países inadimplentes, certificando que eles teriam recursos para pagamento, logo contribuíram com a criação do Banco Central, a fim de monitorar toda a emissão de moeda, e com a criação de uma controladoria geral. Para Klein (2015, p. 221), o recorde de produção de 47 mil toneladas de estanho exportadas em 1929 não teria tanto impacto na economia, dado que o preço cotado era de 794 dólares a tonelada, sendo que, em 1927, o valor era de 917 dólares a tonelada. Porém, em 1932, o preço da tonelada alcançou 385 dólares, desabando a entrada de recursos. Em 1929, 37% do orçamento nacional iam para as dívidas externas e 20% para os gastos militares, deixando o resto para as necessidades do governo.

Em 1931, assume Daniel Salamarca, que deflagraria a guerra contra o Paraguai, denominada de a guerra do Chaco, ocasião na qual, com o aumento no orçamento do exército e visando buscar um maior domínio na região que poderia ter grandes riquezas naturais como o petróleo, se investiu em um conflito armado contra a região do Chaco boreal, que está localizado na parte sul do território boliviano. A guerra aconteceu no período de 1932 a 1935, sendo que outra hipótese era de que a guerra do Chaco se originou em um conflito de interesses entre a empresa estadunidense Standard Oil, que produzia na Bolívia, e a empresa inglesa Royal Dutch Shell, que apoiava os paraguaios. Porém, a própria Standard Oil vendia petróleo boliviano para o Paraguai através da Argentina durante a guerra, segundo Klein (2015). A Bolívia tem seu próprio caos econômico antes e, ainda mais acentuadamente, no pós-guerra, com o desgaste político no qual o presidente Salamarca é deposto antes do fim do conflito e com o horror da guerra, havendo um desfecho de milhares de soldados mortos em ambos os lados. A Bolívia, vencida, cede aos termos que impõem a cessão de três quartos do território do Chaco Boreal ao Paraguai, região que não possuía de fato petróleo em nível comercial, constituindo, logo, “uma batalha sem vencedores”. O fim da guerra traz consigo o fim das oligarquias liberais no governo, colocando em evidência outras classes sociais que participaram do conflito, mas que estavam, contudo, afastadas do poder político, sendo que a revolução de 1952 será possível graças ao desfecho da guerra do Chaco (CAMARGO, 2006).

No mapa abaixo, apresenta os resultados das sucessivas perdas de territórios ao longo dos séculos XIX a XXI.

Figura 4 – O mapa da Bolívia atualmente e os territórios cedidos.



Fonte: KLEIN, (p. 137, 2015).

Após a guerra, os militares novamente entram em cena no poder político, no caso os novos modelos políticos são focados em socialismo e nacionalismo, como a criação da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), em 1936, e no ano de 1937, determinada pelo governo Germán Busch Becerra a expropriação de todos os bens da Standard Oil na Bolívia, assim criando monopólio estatal do petróleo.

O período de 1940 a 1952 é conturbado, grandes movimentos sindicais, inúmeras rebeliões operárias e indígenas fazem aumentar as tensões. O poder dos três oligarcas denominados as “roscas”, que são Patiño, Hochschild e Aramayo, a elite mineira do país, vem sendo enfraquecida desde 1940, os altos custos por causa da baixa produtividade, entrada de novos concorrentes internacionais e o aumento nas taxas governamentais criam uma brecha para que o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) consiga emergir ao poder (KLEIN, 2015).

Após a guerra, os militares novamente entram em cena no poder político, sendo que, nesse caso, os novos modelos políticos estarão focados no socialismo e no nacionalismo, em atos como a criação da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB),

em 1936, e, no ano de 1937, determinada pelo governo Germán Busch Becerra, a expropriação de todos os bens da Standard Oil na Bolívia, criando assim um monopólio estatal do petróleo.

O período de 1940 a 1952 é igualmente conturbado, com grandes movimentos sindicais, inúmeras rebeliões operárias e indígenas fazendo aumentar as tensões. O poder dos três oligarcas, denominados de as “roscas”, a saber, Patiño, Hochschild e Aramayo, constitui a elite mineira do país, que vem sendo enfraquecida desde 1940, com os altos custos por causa da baixa produtividade, a entrada de novos concorrentes internacionais e o aumento nas taxas governamentais. Cria-se, então, uma brecha para que o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) consiga emergir no poder (KLEIN, 2015).

A revolução de 1952 iniciou-se com o esgotamento das oligarquias tradicionais. A revolução conduzida pelo MNR foi o estopim das classes menos favorecidas, como os mineiros, os camponeses e, principalmente, os indígenas. Esses últimos foram os mais prejudicados em toda a história boliviana. Desde o período colonial, eles eram coagidos a trabalhar em regime de escravidão pela *mita* e, mesmo com o seu fim no período republicano, criou-se o *pongueaje*, uma espécie de servidão feudal, acarretando em que, nas áreas em que os indígenas viviam, se elas pertencessem aos latifundiários, os índios eram obrigados a trabalhar para o proprietário sem remuneração, além do fato de, apesar de os indígenas não poderem ser vendidos, os “inquilinos” irem junto com a terra, quando vendida. O ponto chave nessa questão é que, embora, em proporção, eles fossem a maioria da população, em 127 anos de república jamais participaram do governo local ou central e, quando reivindicavam alguma participação, suas manifestações eram duramente combatidas por todos os governos, restando sempre sua marginalização.

A revolução obteve resultados expressivos no combate ao analfabetismo adulto, flagelo social cujo planejada erradicação derivava, igualmente, da preocupação com a construção e a afirmação da identidade nacional. Em contraste com a concepção oligárquica exclusivista da educação, a disseminação do ensino terá sido, indubitavelmente, um dos êxitos do projeto revolucionário de integração nacional, logrado no contexto de clara linha de valorização do espanhol como a língua, por excelência, para o exercício da cidadania e para a ascensão sócio-econômica (CAMARGO, 2006, p. 150).

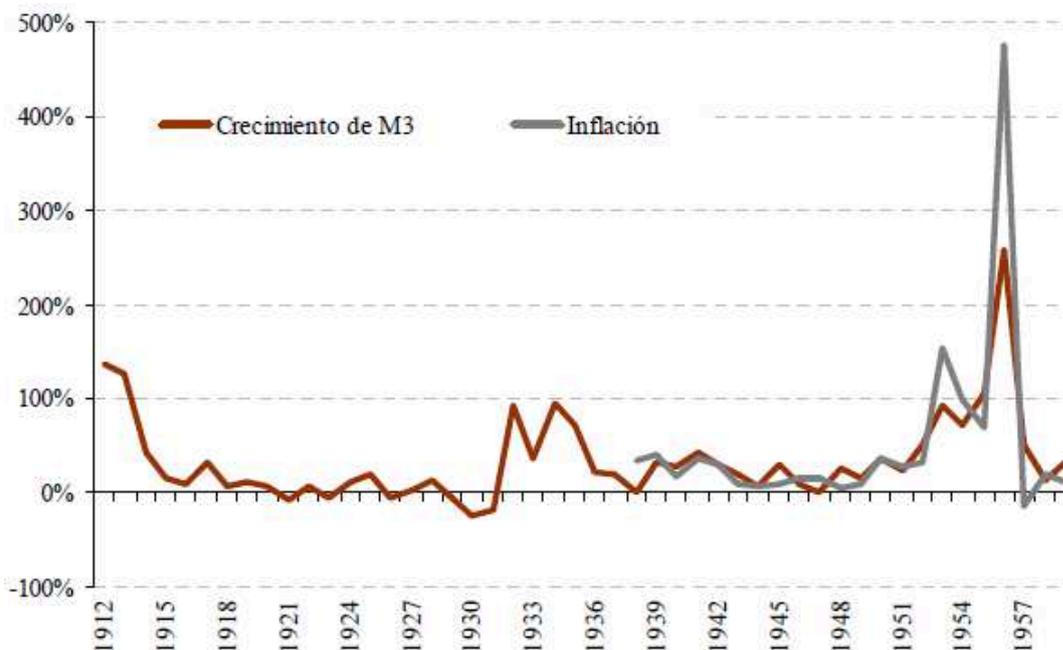
Os líderes do movimento eram Víctor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo, que conseguem apaziguar os movimentos sociais. Ao assumirem o poder político, estabeleceram significativas mudanças, tal como a reforma agrária, que focava na região do altiplano boliviano, pois 92% das terras cultiváveis da República, estavam concentradas, em apenas, 6%

dos proprietários de terras que possuíam mil hectares ou mais o fim do *pongueaje*, a implantação de escolas em zona rural e o sufrágio universal – que significou uma mudança de aproximadamente 200 mil pessoas que podiam votar, para pouco menos de um milhão de pessoas; logo, mulheres e indígenas obtiveram o poder do voto. Além disso, houve a estatização das grandes companhias de mineração do grupo a “rosca”, a fim de compor uma nova empresa estatal, denominada de Corporação Mineira de Bolívia (COMIBOL), e a determinação de que toda a venda dos minérios ao exterior necessitava do aval do Banco mineiro, que é estatal (KLEIN, 2015).

O partido MNR comanda o país durante o período de 1952 a 1964, onde Paz governa em dois períodos (1952-1956 e 1960-1964), enquanto que Siles governa no período de 1956 a 1960. O partido conseguiu aliar-se com diversos partidos políticos com pensamentos marxistas, tal como a COB (Central Obrera Boliviana) e a FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia), e buscou cooperação com os Estados Unidos da América. Por se tratar do período da Guerra Fria, foi aprovada a lei 480 (U.S. Public Law 480), “*Food for Peace*”, que auxiliou nas políticas econômicas, com o envio de alimentos e recursos financeiros, pois o país passava por sérias dificuldades, como a hiperinflação e a escassez de alimentos (KLEIN, 2015).

A primeira hiperinflação, para Cossío et al. (2007, p. 80), é ocasionada pela mudança da estrutura econômica da revolução de 1952, resultando no pico de 475%, em 1957. Para estabilizar a economia, adotou-se um câmbio do tipo flexível e diminuiu-se o crescimento monetário com o controle do déficit fiscal e o congelamento de salários, em 1958.

Gráfico 1 – A inflação e crescimento da base monetária M3 no período 1912 a 1959



Fonte: Adaptado de Mendieta e Martin (p. 79, 2007).

Em novembro de 1964, ocorre o golpe militar com a prerrogativa de afastar o comunismo da esfera política nacional, esse consistindo, não obstante, em eventos recorrentes em alguns países da América Latina. A duração da junta militar no poder irá de 1964 a 1982, não havendo um pensamento homogêneo ideológico no período. O primeiro presidente militar dessa era foi René Barrientos Ortuño. O militar Barrientos concorreu como vice-presidente na eleição de 1964 com Víctor Paz Estenssoro, mas, após o golpe, usou a força para suprimir as guerrilhas contra seu governo, desvirtuou partidos operários como os mineiros ligados à FSTMB da COMIBOL e da COB. No campo econômico, tomou medidas de liberalização do capital norte-americano, como o da empresa americana United States Steel, para que se pudessem alugar minas da empresa estatal COMIBOL e também viabilizou concessões à Gulf Oil Company of Bolivia (KLEIN, 2015).

No governo seguinte, no ano de 1969, com a morte de Barrientos, o pensamento econômico da junta militar que assume se apresenta ligado ao nacionalismo e à rejeição ao capital norte-americano. No curto governo de Alfredo Ovando Candía, nacionalizou-se a empresa Gulf Oil Company of Bolivia e ocorreu a legalização dos partidos operários (FSTMB e COB), que haviam sido excluídos no governo militar passado (KLEIN, 2015). Com pouco apoio político, em 1970, ele foi substituído por Juan José Torres Gonzáles, que tentou fortalecer

os partidos de esquerda, aceitou o financiamento russo para a construção da primeira refinaria de estanho e anulou os contratos da empresa United States Steel feitos na gestão de Barrientos.

Um novo golpe na junta militar é dado, no ano de 1971, pelo coronel Hugo Banzer e com o apoio das classes médias e da nova elite agrícola da região de Santa Cruz. Com políticas populistas, Banzer protagonizou a “reforma agrária” do período militar, priorizando a região oriental da Bolívia, especialmente o departamento de Santa Cruz, logo iniciou uma migração dos altiplanos para as terras baixas e incentivando também a exploração de gás e de minério de ferro na parte ocidental. A alta das *commodities* de 1970 a 1974 impulsionou o crescimento econômico boliviano, segundo Klein (2015, p. 294), visto que os preços dos minérios triplicaram de 262 milhões para 650 milhões de dólares, além da exportação de açúcar e de algodão na região de Santa Cruz que, em 1970, se torna o segundo maior departamento em número de habitantes. O período mais nebuloso na história da ditadura militar boliviana foi, no entanto, o segundo mandato de Hugo Banzer, que obrigou seus aliados a integrarem seu novo partido, o Ação Democrata Nacionalista (ADN), já que todos os outros partidos foram encerrados, reprimindo violentamente protestos e exilando seus opositores. Foi destituído em 1979.

O primeiro presidente civil posterior à ditadura militar foi Hernán Siles Zuazo, em 1982, encontrando pela frente a economia arruinada, com altas dívidas, a corrupção dos governos anteriores e o ciclo da crise do petróleo. Além disso, o aumento dos juros dos Estados Unidos acarretou enormes dívidas externas ao governo civil.

Em 1985, Paz Estenssoro volta a eleger-se, porém mudando o pensamento econômico, passando a seguir políticas neoliberais, especialmente as do consenso de Washington. O principal problema do seu governo era a hiperinflação, logo se adotando medidas ortodoxas como a desvalorização da moeda nacional, estabelecendo-se câmbio uniforme e livre de flutuação e eliminando-se o controle de preços e salários. O conjunto de medidas iniciado pelo decreto supremo 21060 é conhecido como Nova Política Econômica (NPE).

Tomou-se ao tipo de câmbio como âncora da estabilização de preços porque na época da hiperinflação a maior parte dos preços de bens e serviços havia sido indexado ao dólar dos Estados Unidos. Adicionalmente, esta moeda se constituiu em um refúgio diante da hiperinflação e uma grande parte das transações econômicas se havia dolarizado (ARCE CATAFORA, 2015, p. 28).

Como se vê, a crise ocasionada pela hiperinflação é resolvida com medidas ortodoxas, porém com um custo social relevante: aumento do desemprego, diminuição da renda e do PIB. A baixa dos preços no mercado internacional e as leis de livre contratação acabaram refletindo

na COMIBOL, com a demissão em massa, enfraquecendo, contudo, o poder político dos sindicatos ligados aos partidos operários.

Na década de 80, revela-se o poder da coca, com o crescimento de seu relevante impacto na economia do país, sendo produzida especialmente por camponeses que totalizavam em torno de 60 mil, concentrados nas regiões Yungas e Chapare. O fim da Guerra Fria faz com que os Estados Unidos voltassem para a batalha contra as drogas que se instauraram na região da América Latina, aliando-se aos governos locais através de incentivos financeiros e bélicos para a diminuição das drogas. Para ARCE CATACORÁ (2015), estima-se que a economia das drogas (cocaína) tenha gerado entre 3 e 3,5 bilhões de dólares por ano no período da década de 80, sendo que o PIB boliviano estava em torno de 3 bilhões de dólares, embora a estimativa seja de que somente 500 milhões de dólares permanecessem na economia Boliviana.

3.3 A BOLÍVIA CONTEMPORÂNEA (1990- 2015)

Com o declínio do poder político da classe sindicalizada operária e dos militares na década 80, em contrapartida, novas classes surgem, tal como a Confederação dos Empresários Privados da Bolívia (CEPB) e os movimentos pró-indígenas camponeses. O período de 1985 a 2005 é marcado pelo domínio neoliberal.

A gestão Jaime Paz Zamora (1989-1993) é distinguida por ratificar a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante aos povos indígenas que o Estado terá de reconhecer seus direitos e deveres, prestando auxílios em sua inclusão social. Já o governo de Gonzalo Sanchez de Lozada, de 1993 a 1997, representa uma continuação da política de privatização dos governos anteriores.

Governo de Sanchez de Lozada (1993-1997) foi marcado por notável operosidade pessoal do chefe de Estado na condução do seu vasto projeto reformista, denominando “Plan de Todos”, cujo base eram três pilares: a capitalização de empresas estatais, que encerraria o ciclo Estado-empresário, herança econômica da Revolução de 1952; a descentralização administrativa e a lei Participação Popular; e, por fim, a Reforma Educativa (Cuja implantação esteve a cargo do Vice-presidente) (CAMARGO, 2006,p. 183).

As formas de financiamento dos governos anteriores e também as do governo Sanchez consistiram na privatização das empresas estatais e em empréstimos concedidos por órgãos internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entre outros. A dívida externa e interna terá acréscimos significativos, acima de 70%.

Nesse cenário, o ex-ditador Hugo Banzer retorna à presidência por meios democráticos, em razão da baixa popularidade acarretada pelas políticas de privatização do governo anterior e pela aliança com diversos partidos. Sua vitória ocorre não obstante sua política contra o plantio da coca, por intermédio norte-americano, a estagnação do PIB, afetado pelo mercado externo via crise asiática, e o famoso caso da guerra da água em 2000, revolta popular contra a privatização da companhia de água, em Cochabamba, pelos capitais espanhol e americano. Os conflitos intensificaram-se e a fragilidade da saúde do presidente o fazem renunciar. O vice-presidente, Jorge Quiroga, assume, ocorrendo, porém, novas eleições (CAMARGO, 2006).

O segundo governo de Sánchez de Lozada é caracterizado pela guerra do gás, por tentar comercializar o gás boliviano no mercado externo, utilizando a rota chilena, mas, aos olhos dos populares, o Chile ainda é um inimigo. Grandes manifestações tomam então o país, sendo os camponeses os principais grupos contra o partido de Lozada. O nacionalismo crescente das classes sociais mais populares ansiava a que os recursos bolivianos fossem explorados por empresas nacionais. Com um período de protestos, greves e distúrbios sociais, logo sem governabilidade, ao presidente só restava a renúncia, assumindo seu vice, Carlos Mesa, com a particularidade de ser apartidário.

Nas eleições presidenciais de 2005, Juan Evo Morales Ayma consagra-se presidente, com 56% de votos. O seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS), e seu aliado, o Movimento Indígena Pachakuti (MIP), derrotaram o partido conservador, o Poder Democrático Social (PODEMOS). O primeiro presidente autodeclarado indígena nasceu em 26 de outubro de 1959, no departamento de Oruro, na cidade de Orinoca, mudando-se na década de 80 para a província de Chapare, em Cochabamba. Em duas décadas, transformou-se em um importante líder sindical, o “Cocaleiro”. Sua importante entrada na política ocorreu nas eleições de 1997, na qual se elegeu como deputado uninominal pelo seu partido, a Assembleia Soberana do Povo (ASP). Nas eleições presidenciais de 2002, obtém 20% dos votos, com a mudança do nome do partido e a vitória de 2005, pondo fim às vitórias dos partidos não indígenas (CAMARGO, 2006).

A população indígena representava, de acordo com o censo de 2001 e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2014), 62% da população acima de 15 anos que se autodeclarava indígena. Contudo, nunca houve um presidente que representasse de fato essa causa. Evo Morales veio não só para suprir, mas também para confirmar o sentimento nacionalista dessa classe social. Portanto, o fim das políticas neoliberais de desmantelamento

das empresas estatais e a criação do Estado provedor aumentam consideravelmente a participação do poder público na economia boliviana.

As nacionalizações ocorriam de acordo com o MESCP que, segundo Arce Catacora (2015, p. 247), consiste na busca do desenvolvimento econômico para os bolivianos, com base nos recursos naturais através de políticas sociais de distribuição e também de incentivo à industrialização. O começo do aumento do poder público no que tange aos recursos naturais veio com a lei de hidrocarboneto n° 3058, de 2005, que criou um imposto direto de 32% para a produção de todos os campos de petróleo em atividade. Porém, em 2006, por meio do D.S. n° 28701 sancionou-se que a estatal YPFB tem direito de definir novas regras para a produção e comercialização dos hidrocarbonetos em território boliviano, até que, em 2009, consegue ter controle de toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos.

Os setores em que ocorreram nacionalizações importantes são da mineração com domínio da COMIBOL, telecomunicações pela empresa ENTEL e o setor elétrico com a empresa nacional de eletricidade (ENDE).

O governo Morales é marcado por um desempenho econômico superior aos governos anteriores, com a contribuição do mercado externo. No caso, a tabela 1 demonstra o saldo da balança comercial que, antes do seu mandato, apresentava déficits ou um pequeno saldo comercial em comparação ao seu governo; porém, no governo Morales, em 2006, começam grandes superávits. A explicação está no consumo da China, que demandou mais matérias-primas, ocasionando uma subida nos preços internacionais (Anexo A), no fato de o Brasil, que é o maior importador da Bolívia, ter crescido de maneira constante no período de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no aumento da demanda da Argentina, como demonstra a tabela 10, que retrata o aumento no volume exportado e nos preços do gás natural praticados para o Brasil e Argentina, sendo que os dois países são responsáveis por mais de 90% do gás exportado (INE, 2015).

Tabela 1 – Balança comercial boliviana em milhares de dólares, nos anos de 2001 a 2010.

Anos	Exportação	Importação	Saldo comercial
2001	1.226.207	1.708.270	-482.063
2002	1.319.855	1.831.969	-512.114
2003	1.589.844	1.692.066	-102.222
2004	2.194.570	1.920.428	274.142
2005	2.867.428	2.440.067	427.361
2006	4.088.331	2.925.769	1.162.562
2007	4.821.827	3.587.952	1.233.875
2008	6.932.929	5.100.167	1.832.762
2009	5.399.575	4.577.380	822.195
2010	6.966.052	5.603.874	1.362.178

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INE, Bolívia, 2015.

Em seu segundo mandato, em pleito vencido com 64% dos votos válidos, o presidente Morales propôs a mudança da constituição que foi homologada pelo referendo de 2009, alterando o nome oficial do país para Estado Plurinacional da Bolívia e declarando o direito comunal plurinacional democrático, sendo o ponto-chave a seção IV, do Artigo 56, incisos I e II, que decidia que toda pessoa tem o direito à propriedade privada individual e coletiva, desde que esta não prejudique o interesse coletivo. Outro ponto resolvido concerne às regiões autônomas. Com isso, os conflitos com os departamentos da *media luna*, a saber, Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, foram reduzidos, acarretando em que os departamentos possam eleger seus governadores e criar leis (GAZETA OFICIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA, 2015).

As políticas sociais do governo Morales investiram em três principais planos de transferência de renda: *Bono Juancito Pinto*, *Renta Dignidad* e *Bono Juana Azurduy*. O *Bono Juancito* consiste na assistência financeira para manter os filhos no colégio e consumiu 0,3% do PIB, em 2010; a *Renta Dignidad* era chamada de BONOSOL, auxílio criado pelo governo de Lozada, que foi expandido para todos os bolivianos com idade acima de 65 anos, para poderem receber a aposentadoria, e consumiu 1,9% do PIB, em 2010; por último, o *Juana Azurduy*, visando o atendimento às mulheres em gravidez, com acompanhamento médico e exames trimestrais para diminuir a mortalidade infantil, utilizou 0,2% do PIB, em 2010 (KLEIN, 2015).

O presidente Morales consolida-se com sua terceira eleição em 2014, com 64% dos votos, legitimando sua política de Estado empreendedor, com o controle da inflação, a

desdolarização da economia, o crescimento econômico estável e, principalmente, o apoio popular. Criou, assim, um ciclo estável no desenvolvimento econômico boliviano.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A análise histórica da Bolívia permitiu entender os aspectos econômicos, sociais e políticos que moldam a sociedade atual. Um exemplo disso é que, antes dos europeus chegarem na região da América do Sul, existiam civilizações importantes, como o Império Inca e os reinos dos aimarás no território atual boliviano: logo, parte da população boliviana constitui descendentes diretos dessas civilizações pré-colombianas, herdando assim sua identidade.

Da independência até 2015, a Bolívia apresentou três ciclos econômicos importantes. Primeiramente o da prata, explorada principalmente no período colonial, perdendo somente sua supremacia no final do século XIX, já que a baixa dos preços e a baixa produtividade contribuíram para a mudança em direção ao minério de estanho. O minério de estanho foi então vital para a economia, por ter criado a infraestrutura do país. Já o terceiro ciclo econômico consistiu no hidrocarboneto, no final do século XX.

Quanto ao território boliviano, constata-se que ele sofreu grandes reveses por causa das guerras, as mais relevantes sendo o conflito contra o Chile, em 1979, no qual o país perdeu toda sua ligação com o Oceano Pacífico, e contra o Paraguai, em 1932, no qual perdeu o território no Chaco Boreal, ou, ainda, para evitar um conflito de grandes proporções contra o Brasil, quando logo cedeu a região do atual estado do Acre, mediante indenização.

A respeito dos problemas sociais ocasionados desde o período colonial, com a marginalização dos indígenas, nota-se que eles só foram resolvidos em parte pela revolução de 1952, marco histórico na República da Bolívia que decorre graças ao fim do esgotamento das oligarquias tradicionais e à participação do partido político MNR, com a contribuição das classes operárias, camponesas, comerciais e outras, sendo comandados por Víctor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo. Ambos conseguem apaziguar os conflitos com reformas sociais, com o fim do *pongueaje*, o sufrágio universal, o sistema educacional, a reforma agrária e, na economia, com a estatização das principais mineradoras nacionais de estanho (CAMARGO, 2006).

Em 1985, ocorre o recomeço do governo MNR, renascendo com políticas neoliberais com o intuito de estabilizar a economia, necessidade imperiosa por causa da hiperinflação e da elevada dívida pública, recorrendo-se a diversos artifícios como a dolarização da economia e as vendas de empresas estatais visando diminuir o tamanho do Estado sobre a economia. Contudo, nos anos 2000, fortalecem os movimentos contra o capital externo e cria-se um

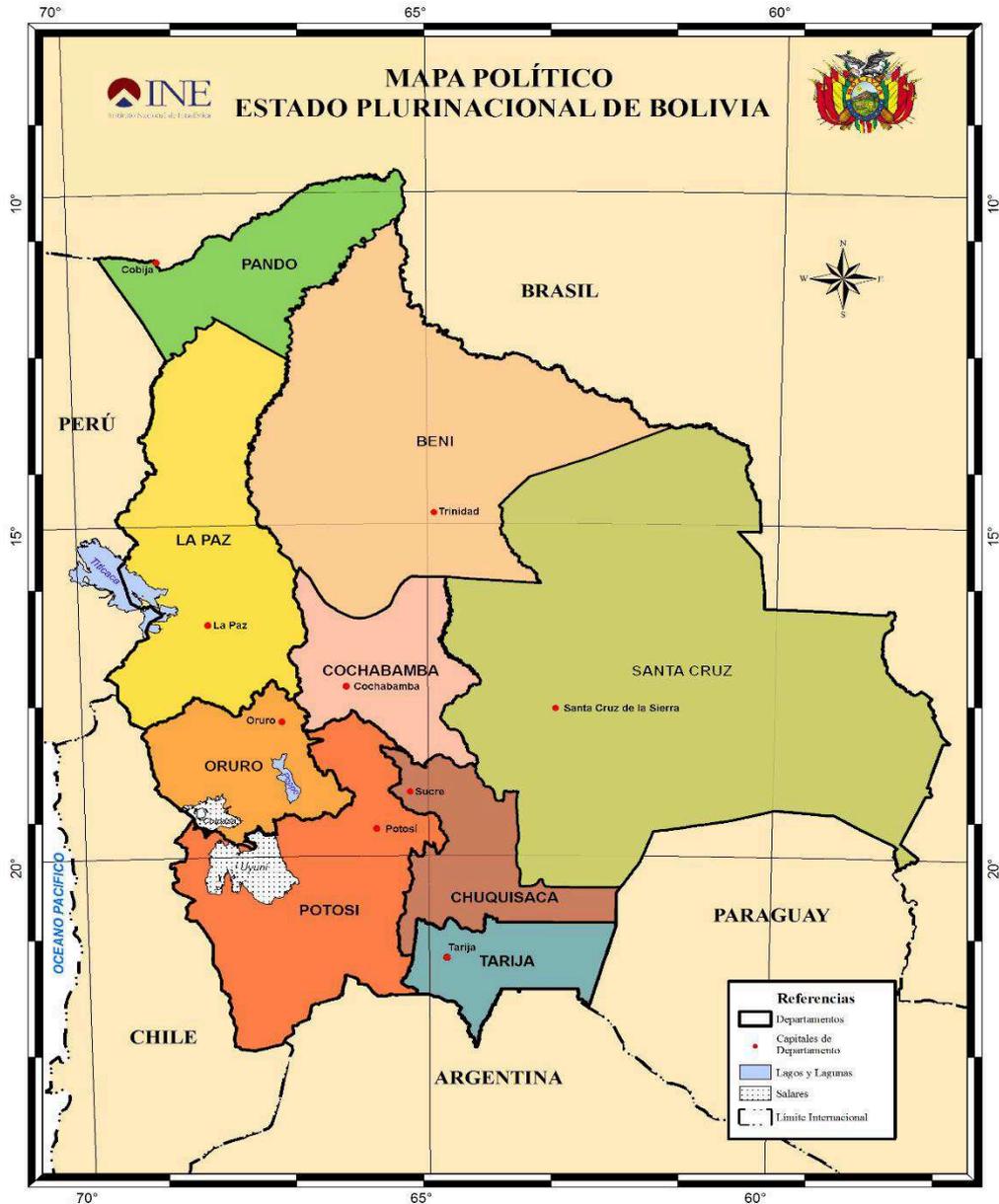
cenário favorável à vitória do partido MAS na eleição de 2005. A eleição do presidente Evo Morales acarreta o fim das políticas neoliberais, marcando a era do governo empreendedor e progressista. Políticas sociais, como a reforma agrária, a nacionalização de empresas ligadas aos hidrocarbonetos e a áreas estratégicas e a desdolarização da economia fazem do presidente Morales uma figura extremamente popular, principalmente para os bolivianos de raízes indígenas.

4 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

A análise enfoca primeiramente os setores produtivos que contêm indicadores de emprego, da evolução da taxa de desemprego, da distribuição da população economicamente ativa, da participação dos setores econômicos no PIB, de uma análise na evolução do salário mínimo e do mercado informal. A seção seguinte refere-se ao mercado internacional, destacando a taxa de internacionalização da economia, os dez principais produtos exportados e importados, os dez principais parceiros comerciais, a balança comercial boliviana e a evolução do preço do gás cobrado do Brasil e da Argentina. Na seção 4.3, discutem-se os resultados sociais, com indicadores constituídos por: saúde, educação, condições de moradia e indicadores de desigualdade. A última seção consiste na avaliação do setor público contendo o PIB constante a preço em US\$ de 2010, uma comparação de seis países na variável do PIB *per capita* com paridade do poder de compra (PPC) a dólares de 2011, indicadores de dívida externa e reservas internacionais, uma comparação de cinco países na variável de acordo com a razão entre reservas internacionais e dívida externa, uma análise da participação dos componentes do gasto no PIB e, por último, da dívida interna.

Como introdução e visando uma maior compreensão da divisão política entre os departamentos da Bolívia, apresenta-se, como o demonstrado na figura abaixo, o mapa político do Estado Plurinacional da Bolívia, país constituído por 9 departamentos, com a capital constitucional em Sucre e a sede do governo em La Paz, possuindo ao todo 112 províncias e 339 municípios (Censo de *Población y Vivienda*, 2012).

Figura 5 – Mapa do Estado Plurinacional da Bolívia



Fonte: Censo 2012, INE, 2015.

4.1 OS SETORES PRODUTIVOS

A finalidade deste item é analisar os componentes dos setores produtivos, tais como a população economicamente ativa (PEA), o tamanho de cada setor em relação ao PIB, a alocação da PEA nos setores econômicos, a taxa de desemprego, a evolução do salário mínimo e o mercado informal.

Os indicadores de emprego, como a Taxa Bruta de Participação (TBP), a Taxa Global de Participação (TGP), a Taxa de Oferta Potencial (TOP), o Índice de Dependência (ID) e o

Índice de Carga Econômica (ICE) são apresentados na tabela abaixo, com a finalidade de uma avaliação sobre a evolução da população.

A cada censo, observa-se o aumento da população integrada na PEA, logo se refletindo no aumento da TBP e da TGP. O aumento em todos os censos na variável TOP demonstra que aumentou a oferta de pessoas aptas a trabalhar na economia. Já o índice de dependência aponta que, quanto menor o índice, melhor, pois mais pessoas trabalhando deve gerar sustento econômico para quem não pode trabalhar (isto é, para os dependentes). O índice de carga econômica sugere que as pessoas, não economicamente ativa (PEI), são uma “carga econômica”, para uma pessoa economicamente ativa (INE, 2016).

A diferença entre homens e mulheres, em 1976, é enorme, aspecto notado negativamente em todos as ferramentas utilizadas, fato que, porém, a cada censo, vem melhorando. Para exemplificar tamanha disparidade no ICE, em 1976, era quatro, já em 2012 o índice caiu para apenas 1, estando, porém, ainda distante dos homens, que são 0,4 em ambos os censos. No entanto, verifica-se que as mulheres estão cada vez mais incorporadas no mercado de trabalho.

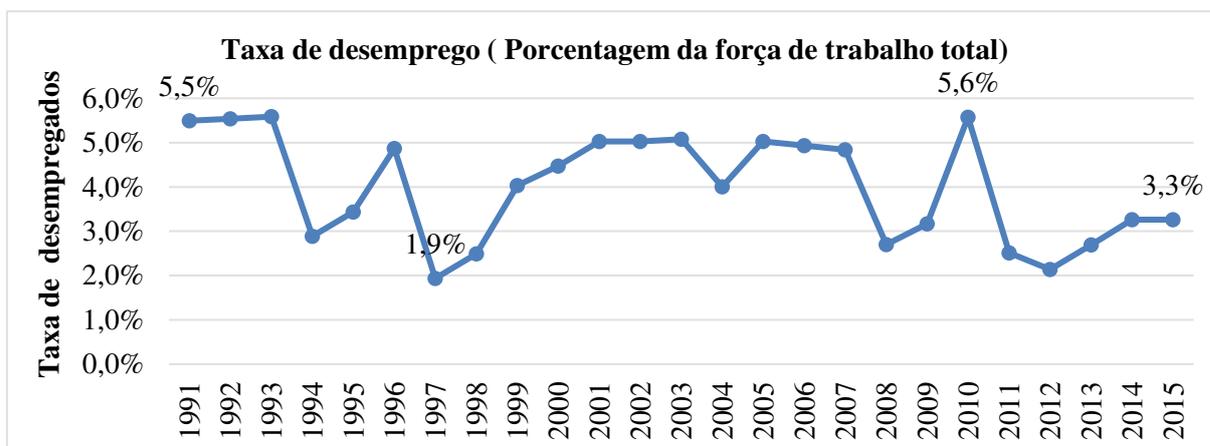
Tabela 2 – Indicadores de emprego, segundo o sexo e o Censo, de 1976 a 2012.

CENSO E SEXO	TAXA BRUTA DE PARTICIPAÇÃO (TBP) em porcentagem) TBP=PEA/PT	TAXA GLOBAL DE PARTICIPAÇÃO (TGP) (em porcentagem) TGP=PEA/PIA	TAXA DE OFERTA POTENCIAL (TOP) (em porcentagem) TOP=PIA/PT	ÍNDICE DE DEPENDENCIA (ID) ID= (PT-PO)/PO	ÍNDICE DE CARGA ECONÓMICA (ICE) ICE=PEI/PEA
1976	32,2	45,9	70,1	2,2	1,2
Homens	54	73,5	69,3	1	0,4
Mulheres	14,1	19,9	70,9	6,2	4
1992	38,6	54,3	71	1,7	0,8
Homens	47,7	68,1	71,3	1,2	0,5
Mulheres	29,7	41,4	71,8	2,4	1,4
2001	38,3	52,2	73,4	1,7	0,9
Homens	46,2	63,6	72,6	1,3	0,6
Mulheres	30,5	41,1	74,3	2,4	1,5
2012	47,2	59,5	79,3	1,1	0,7
Homens	55	69,7	78,8	0,8	0,4
Mulheres	39,5	49,5	79,7	1,6	1

Fonte: INE, séries históricas, 2016.

No gráfico 2, apresenta-se a taxa de desemprego na economia boliviana, observando-se que a taxa média de desemprego, nos governos neoliberais (1991-2005), é de 4,3 e, no governo de Evo Morales (2006-2015), ela corresponde a 3,5%.

Gráfico 2 – A taxa total de desemprego (em percentual da força de trabalho total)



Fonte: Elaboração própria, com dados do World Bank, 2015.

A tabela 3 apresenta a distribuição da população economicamente ativa em suas ocupações, diferenciando-as por sexo. A PEA concentra-se com 26,9% (ou seja, mais de ¼) da população economicamente ativa pertencente a trabalhadores da agricultura, pecuária e pesca. Os trabalhadores em serviço e comércio representam 18,9% da PEA e a indústria extrativa, da construção e a indústria transformadora absorvem 18,1%. Os homens concentram-se em trabalhos na agricultura, pecuária e pesca na taxa de 26,1% e nas ocupações ligadas às indústrias extrativa, da construção e à indústria transformadora na taxa de 24,7%, totalizando 50,8% nos dois principais grupos ocupacionais. As mulheres agrupam-se em trabalhos em serviços e no comércio, constituindo 32,3%, ao qual se segue o segundo setor, com o grupo da agricultura, pecuária e pesca, representando 27,9%. Assim, totalizam-se 60,2% em dois grupos ocupacionais.

Tabela 3 – A distribuição porcentual da população na principal ocupação, segundo o sexo e o grupo ocupacional em 2015.

Ocupações	Ambos	Homens	Mulheres
Total	5,086,135.00	2,965,439.00	2,120,696.00
Forças armadas	0,2	0,3	0,02
Gestores públicos e privados	2,1	2,2	1,8
Profissionais	8,4	7,5	9,7
Técnicos e profissionais de apoio.	4,5	5,3	3,4
Empregados em escritório	3	2,1	4,2
Trabalhadores em serviços e comércio	18,9	9,3	32,3
Trabalhadores em agricultura, pecuária e pesca	26,9	26,1	27,9
Indústria extrativa, construção e indústria transformadora	18,1	24,7	8,9
Operadores de instalações e maquinaria	8,6	14,5	0,3
Trabalhadores não qualificados	9,2	7,8	11,2
Sem especificar	0,12	0,09	0,1

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do INE, 2015.

De acordo com tabela 4, a agricultura, a pecuária, a caça, a silvicultura e a pesca em 2015 representavam 9,76% do PIB; mas, relacionando-se com os dados da tabela 3, a PEA desse setor, no mesmo ano, correspondia a 26,9%, o que indica que mais de ¼ da PEA estava em setores primários que não agregam valor condizente com essa concentração. O setor público lidera, com 16,1% do PIB.

Tabela 4 – A Participação dos setores econômicos em porcentagem do no PIB a preços constantes.

Setores	2015
Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pecas	9,76
Exploração de minas e pedreiras	13,8
Indústrias transformadoras	10,2
Eletricidade, gás e água	2,26
Construção	3,00
Comércio atacadista e varejo, reparação de bens, hotéis e restaurantes	9,08
Transporte, armazenamento e comunicações	8,83
Intermediação financeira, atividades imobiliárias, empresariais e de aluguéis	9,11
Administração pública, defesa, seguridade social obrigatória, ensino, serviços sociais, saúde e outros.	16,1
Serviços de intermediação financeira medidos indiretamente	4,21
Valor Agregado	78,1
Os impostos sobre produtos líquidos de subsídios aos produtos	23,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPALSTAT, 2016.

O salário mínimo nominal boliviano, representado na tabela 5, vem crescendo constantemente em termos nominal e real, principalmente após 2006, pois, no período de 2006 a 2015, constata-se uma taxa acumulada de 143%, o que significa em termos reais um incremento acumulado de 78,3% e uma taxa média de crescimento anual de 12,72%. Em dólares, no mesmo período, a taxa média de crescimento anual foi de 14,4%.

No período dos governos neoliberais, no intervalo de 1991 a 2005, constata-se uma taxa de crescimento acumulada de 139%, o que também representa um incremento acumulado em termos reais de 10,39%, e uma taxa média de crescimento anual de 9,05%. Já em relação ao dólar, a taxa média de crescimento anual foi de 3%.

Tabela 5 – O salário mínimo com reajuste nominal e real, com valores em dólares, de 1991 a 2015.

Anos	Salário mínimo (BOB)	Taxa de Crescimento %	Inflação %	Taxa de Crescimento Real %	Taxa de cambio %	Valor em US\$
2015	1656	15	2,95	11,70	6,86	241,4
2014	1440	20	5,19	14,07	6,86	209,91
2013	1200	20	6,48	12,69	6,86	174,93
2012	1000	22,64	4,54	17,31	6,86	145,77
2011	815,4	20	6,9	12,25	6,92	117,83
2010	679,5	5,02	7,18	-2,01	6,97	97,49
2009	647	12,03	0,26	11,74	6,97	92,83
2008	577,5	10	11,85	-1,65	7,27	79,44
2007	525	5	11,73	-6,02	7,89	66,54
2006	500	13,64	4,95	8,27	7,96	62,81
2005	440	-	4,91	-4,68	8,08	54,46
2004	440	-	4,62	-4,41	7,9	55,7
2003	440	2,33	3,94	-1,55	7,6	57,89
2002	430	7,5	2,45	4,92	6,45	66,67
2001	400	12,68	0,92	11,64	6,42	62,31
2000	355	7,58	3,41	4,02	6,04	58,77
1999	330	10	3,13	6,66	5,69	58
1998	300	25	4,39	19,74	5,4	55,56
1997	240	7,62	6,73	0,83	5,19	46,24
1996	223	8,78	7,95	0,76	5,02	44,42
1995	205	7,89	12,58	-4,16	4,85	42,27
1994	190	18,75	8,52	9,42	4,62	41,13
1993	160	18,52	9,3	8,43	4,12	38,83
1992	135	12,5	10,46	1,84	3,85	35,06
1991	120		14,53		3,48	34,48

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INE e BCB, 2015.

Contudo, as baixas taxas de desemprego não se refletem na realidade do mercado informal, já que, muitas vezes, a desistência de procura do emprego formal de modo voluntário redonda nas estatísticas governamentais. Por exemplo, o relatório de 2013 da OIT, que utilizou estatísticas do *Encuesta de Hogares* de 2006 para medir o emprego informal, não sendo levado em conta os dados referentes à zona rural, concluiu que o total de pessoas na informalidade é de 75,1%, sendo que, destes, 52,1% estão empregados somente em setores informais. Comparando com os 47 países analisados, a Bolívia ocupa o primeiro lugar na América Latina e o quinto no mundo (OIT, 2013).

Tabela 6 - O emprego informal não agrícola e seus componentes.

	Total	Mulheres	Homens	Urbana	Rural
	Em 1,000				
Pessoas em emprego informal	20868,7	972,1	1096,6	1791,7	277
Pessoas empregadas em um setor informal	1435,6	663,6	772	1217,2	218,3
Pessoas em emprego formal em setor informal	13,9	3	10,9	12,2	1,7
Pessoa informal em emprego fora do setor informal	647	311,5	335,6	586,6	60,4
Em porcentagem de emprego não agrícola					
Pessoas em emprego informal	75,1	78,5	72,4	74,5	79,6
Pessoas empregadas em um setor informal	52,1	53,6	51	50,6	62,8
Pessoas em emprego formal em setor informal	0,5	0,5	0,7	0,5	0,5
Pessoa informal em emprego fora do setor informal	23,5	23,5	22,1	24,4	17,4

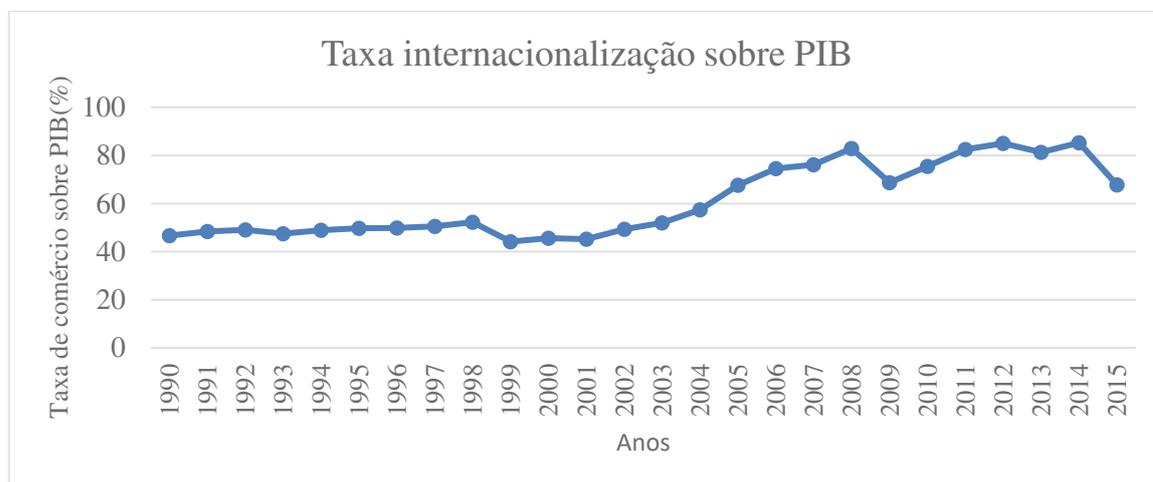
Fonte: Organização Mundial do Trabalho (*Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture*, p. 72, 2013).

4.2 Economia internacional: produtos exportados e importados por setores.

O papel do mercado externo na economia boliviana é relevante desde o ciclo da prata, do estanho e, recentemente, do gás natural. O gráfico abaixo demonstra que a taxa de internacionalização sobre o PIB, ou seja, o tamanho do mercado internacional, na participação do PIB da Bolívia. Logo, tem se elevado quase todos os anos, com a exceção de três “*gaps*”, que são: a crise asiática nos anos 1999, a crise financeira de 2009 causada pelo estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e, em 2015, a queda de preço dos principais produtos exportados

ligada à recessão da economia brasileira, já que o Brasil é seu principal parceiro comercial desde os anos 2000.

Gráfico 3 – Taxa de internacionalização sobre o PIB da Bolívia, de 1990 a 2015.



Fonte: Elaboração própria com dados do World Bank, 2015.

Em 2015, o principal parceiro receptor das exportações bolivianas é o Brasil, posição que, como já se disse, historicamente ocupa desde 2001 (WITS, 2017), com a participação de 2,4 bilhões de dólares, 28% do total referente ao ano de 2015. Em segundo lugar, vem a Argentina, com 1,47 bilhões de dólares equivalendo a 17%. Logo, somados, os dois são responsáveis por 45% do total exportado pela Bolívia. O principal produto de exportação é o gás natural, que correspondia a 43,2%, em 2015. Em segundo lugar, vem o minério de zinco, com 9,9%. Assim, demonstra-se sua característica de ser um país exportador de matérias-primas ao se analisar os 10 principais produtos exportados.

O principal produto específico importado pela Bolívia consiste, primeiramente, em automóveis, com o valor de 1,27 bilhões de dólares representando 13,1%, e em petróleo e seus derivados, com 1,33 bilhões de dólares representando 11,6% do total importado, em segundo lugar; mas, ao se analisar os itens em grupos, vê-se que há uma predominância de máquinas. Os principais produtos dentre os 10 principais são, em sua maioria, de alto grau de valor agregado, demonstrando sua forte dependência de bens de capital.

Tabela 7– 10 principais produtos exportados e importados da Bolívia, em 2015.

Produtos	Exportados		Produtos	Importados	
	US\$ MIL	%		US\$ MIL	%
Gás Natural	3.771.473	43,2	Automóveis	1.276.569	13,1
Minério de Zinco	865.716	9,9	Petróleo, produtos derivados do petróleo e produtos relacionados	1.133.472	11,6
Soja e derivados	791.220	9,1	Maquinarias especiais para determinadas indústrias	833.446	8,5
Ouro Metálico	725.337	8,3	Maquinaria e equipamento industrial em general	643.313	6,6
Mineral de Plata	567.296	6,5	Ferro e Aço	587.315	6,0
Estanho Metálico	255.015	2,9	Maquinário, aparelhos e os instrumentos elétricos	431.433	4,4
Combustível	200.769	2,3	Matérias e produtos químicos	364.901	3,7
Castanha (Nozes do Brasil)	192.027	2,2	Manufaturas de metais	319.612	3,3
Mineral de Chumbo	133.511	1,5	Artigos manufaturados diversos	290.810	3,0
Quinoa	107.706	1,2	Aparelhos e equipamentos para telecomunicações, gravação e reprodução de som	264.676	2,7
Outros	1115850	12,8	Outros	3620897	37,1
Total	8.725.920	100	Total	9.766.442	100

Fonte: Elaboração própria com base de dados World Integrated Trade Solution (WITS), 2017.

Tabela 8– 10 principais países parceiros da Bolívia em exportações e importações em 2015.

Exportadores			Importadores		
Países	US\$ MIL	%	Países	US\$ MIL	%
Brasil	2.447.428	28	China	1747.415	18
Argentina	1.472.838	17	Brasil	1609.393	16
Estados Unidos	1.054.318	12	Argentina	1149.042	12
Colômbia	551.648	6	Estados Unidos	1035.205	11
China	465.611	5	Peru	605.483	6
Japão	407.220	5	Japão	506.713	5
Coreia do Sul	375.132	4	Chile	445.790	5
Peru	313.393	4	México	278.033	3
Bélgica	282.621	3	Alemanha	231.649	2
Índia	196.356	2	Colômbia	191.855	2
Outros	1.159.351	13	Outros	1.965.861	20
Mundo	8725919,84	100	Mundo	9766442,45	100

Fonte: Elaboração própria com base de dados do INE, 2017.

A balança comercial começa a ser positiva a partir de 2004 e, até o ano de 2014, segue a alta do preço do seu principal produto exportado no mercado internacional (Anexo A) e o preço do gás natural cobrado aos seus maiores importadores (Tabela 10).

A taxa média de crescimento anual das exportações é de 17,47% e as importações correspondem a 16,87%, no intervalo de 2004 a 2014. O gás natural (Tabela 10) obteve uma taxa média de crescimento anual do volume exportado de 4,16%, entre os anos de 2006 a 2015 e, nesse mesmo período, a taxa de crescimento médio do preço ao Brasil foi de 4,62% e à Argentina, de 4,84%, resultando, assim, em grande aumento do saldo comercial.

Tabela 9 – Balança comercial boliviana em milhares de dólares, nos anos de 2001 a 2015.

Anos	Exportação	Importação	Saldo comercial
2001	1.226.207	1.708.270	-482.063
2002	1.319.855	1.831.969	-512.114
2003	1.589.844	1.692.066	-102.222
2004	2.194.570	1.920.428	274.142
2005	2.867.428	2.440.067	427.361
2006	4.088.331	2.925.769	1.162.562
2007	4.821.827	3.587.952	1.233.875
2008	6.932.929	5.100.167	1.832.762
2009	5.399.575	4.577.380	822.195
2010	6.966.052	5.603.874	1.362.178
2011	9.145.764	7.935.746	1.210.018
2012	11.814.578	8.590.086	3.224.492
2013	12.251.725	9.699.046	2.552.679
2014	12.899.078	10.674.101	2.224.977
2015(p)	8.725.920	9.766.444	-1.040.524

Nota: (p) valor preliminar. Fonte Elaboração própria com base de dados do INE Bolívia, 2015.

Tabela 10- Preço em dólares do gás natural cobrado a Argentina e do Brasil com volume total exportado.

Anos	Argentina	Brasil	Volume em milhões de pés cúbicos
1992	1,64	0	75,070
1993	1,22	0	73,862
1994	1,2	0	76,556
1995	1,27	0	72,487
1996	1,3	0	72,573
1997	1,22	0	56,576
1998	0,99	0	56,330
1999	0,81	1,07	36,206
2000	0	1,62	74,224
2001	0	1,74	129,944
2002	0	1,55	173,092
2003	0	2,02	198,549
2004	0	2,15	297,142
2005	2,66	2,75	367,011
2006	4,2	3,77	394,080
2007	5,63	4,27	418,785
2008	9,31	6,85	427,075
2009	6,41	5,19	346,275
2010	7,92	6,29	409,245
2011	10,14	8,02	442,086
2012	11,54	9,51	516,478
2013	11,32	9,42	598,003
2014	10,96	8,81	616,349
2015	6,74	5,92	592,581

Fonte: Elaboração própria com base de dados do INE e YPF, 2015.

4.3 RESULTADOS SOCIAIS

Os resultados sociais embasam-se em variáveis-chave: a saúde, por exemplo, é composta de indicadores como a esperança de vida ao nascer, a taxa de fertilidade total e a taxa de mortalidade infantil. A educação é medida com as médias de anos de estudos e a taxa de alfabetização. A condição de moradia avalia os critérios de alocação da população em zona rural e urbana, a situação da habitação e a cobertura de água, saneamento e energia elétrica. Por fim, apresentam-se os indicadores de desigualdade compostos por Gini, a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres, a linha da pobreza da CEPAL comparando cinco países, a taxa de incidência da pobreza do World Bank e o IDH relacionando seis países.

4.3.1 Saúde

A importância de se analisar variáveis como a taxa de fertilidade reside na ligação entre as altas taxas de fecundidade e sua transformação em negação da liberdade substancial, ocasionada pelas frequentes gestações e pelo homérico trabalho de criar os filhos (SEN, 1999).

Em 1990, a expectativa de vida, em anos, de homens e mulheres era, respectivamente, de 53,5 e de 55,1. Em 2015, ocorreu um incremento de 13 anos para ambos, a queda da taxa de fertilidade podendo ser resultado de um aumento da escolaridade e da migração aos centros urbanos, logo declinando a taxa média de 9,9%, por período. A taxa de mortalidade infantil, em 1990, era de 85,6, com uma queda de 18,5% média em cada período analisado, chegando-se a 30,6, em 2015. Para finalizar, o gasto total em saúde, em relação ao PIB, em 2014, equivaleu a 6,3% (World Health Organization).

Tabela 11– Indicadores de saúde, de 1992 a 2015.

Anos	Esperança ao nascer (Anos)		Taxa de fertilidade Total	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascimentos)
	Homens	Mulheres		
1990	53,5	55,1	4,9	85,6
1995	56,1	57,9	4,5	72,2
2000	58,7	60,7	4,1	58,8
2005	61,4	63,5	3,6	46,6
2010	64,1	66,4	3,2	36,8
2015	66,3	68,7	2,9	30,6

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do World Bank, 2015.

4.3.2 Educação

No anexo B, encontra-se a média dos anos de estudos, de acordo com os censos de 1992, 2001 e 2012, no qual se pode analisar a grande desigualdade existente entre homens e mulheres, entre departamentos e entre região urbana e rural. Podemos destacar que houve grandes mudanças no total: por exemplo, em 1992, para ambos os sexos, a média de anos de estudos de pessoas acima de 19 anos era de 6,6 anos; contudo, os homens apresentavam 6,95 anos e as mulheres 5,23 anos. Mas, ao se analisar por departamentos, notamos variações de 2,72 anos de diferença entre Potosí e Santa Cruz, enquanto que, ao se avaliar por zona rural e urbana, se constata uma diferença média de 4,5 anos de estudos.

No censo de 2001, houve uma melhora em todas as variáveis, destacando-se o total médio de anos de estudos, que subiu para 7,3 anos, com uma taxa de crescimento de 23%; porém, a diferença entre departamentos (do valor maior para o menor, que são Santa Cruz e Potosí) é de 3,09 anos de estudos. A diferença entre a região urbana e a rural subiu para 5,04 anos de estudos.

No censo de 2012, o total entre ambos os sexos é de 8,97 anos de estudos, com taxa de crescimento de 21%. Os homens apresentaram 9,55 anos, com taxa de crescimento de 16% e as mulheres 8,41 anos, com taxa de crescimento de 26%. Já a diferença entre o maior número de anos de estudos e o menor foi de 2,4 anos, sendo o primeiro o departamento de Oruro e o último o departamento de Potosí. Já na zona rural e urbana, a taxa de crescimento resultou, respectivamente, 43% e 12%; logo, com uma taxa de crescimento superior, a diferença das médias de anos de estudos caiu para 4,34 anos.

A cada censo, houve melhora em todos os aspectos, mas somente no de 2012 houve uma melhora na desigualdade entre os departamentos e entre zonas urbanas e rurais. Contudo, ainda há uma grande diferença entre homens e mulheres, principalmente nas regiões urbana e rural. A maior taxa de crescimento alcançada foi a das mulheres na zona rural, no ano de 2012, que resultou em 63%, em comparação ao censo anterior.

A tabela 12 apresenta a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais que, em 1992, somava 20% de toda a população, sendo que homens eram 11,84% e mulheres 27,69%. Na zona urbana, a taxa é de 8,9% da população e, na zona rural, 36,48%. No caso de mulheres na zona rural, há 49,93% de analfabetos, enquanto que os homens são 36,48%.

No censo de 2001, o total de analfabetos cai para 13,28%, logo havendo 33,63% de variação percentual, em comparação ao censo anterior, contabilizando-se 6,94% de homens e 19,35% de mulheres. Na região urbana, o índice ficou em 6,44%, reduzindo-se em 27,6%, e, na zona rural, a taxa caiu para 25,77%, sendo que a taxa de crescimento, em comparação com 1992, resultou em 29,3%.

No censo de 2012, houve grandes melhoras na taxa de analfabetismo: no total, o crescimento foi de 61,6%, em relação ao censo anterior, correspondendo à nova taxa de 5,09%. Homens foram 2,45% e mulheres 7,76%. A região urbana obteve 2,67%, equivalendo a uma taxa de crescimento de 58,5%. Na zona rural, a taxa de analfabetismo foi de 10,35%; logo, houve um crescimento de 59,8%.

Tabela 12– Bolívia: Taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais idade, por sexo, segundo a área geográfica. Censo da população de 1992 a 2012.

(Em porcentagem)

Descrição	1992			2001			2012		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BOLÍVIA	20,01	11,84	27,69	13,28	6,94	19,35	5,09	2,45	7,67
URBANA	8,9	3,76	13,52	6,44	2,48	10,01	2,67	1,04	4,17
RURAL	36,48	23,14	49,93	25,77	14,42	37,91	10,3	5,24	16,02

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INE, 2015.

Nota: Os dados correspondentes a 1992, 2001 e 2012, não incluem pessoas que residem habitualmente no exterior e pessoas que negaram informação.

4.3.3 Qualidade da moradia

A habitação é uma das variáveis que compõem o desenvolvimento humano, uma vez que, sendo ela adequada, se incrementa a possibilidade de se desenvolver um projeto de vida e de família, embora para isso seja necessário ter o básico, como água potável, energia elétrica, sistema de esgoto entre outros, ou seja, um lugar que possibilita ter acesso à educação, saúde e outros benefícios sociais, garantindo-se, assim, a dignidade humana (Informe Nacional sobre Desarrollo Humano, 2015).

A imigração das regiões rurais para as urbanas é um movimento natural de países em desenvolvimento e a Bolívia, como a tabela abaixo demonstra, a cada ano aumenta a população total, sendo que, em 1990, havia 6,8 milhões de habitantes, com 55,6% da população vivendo em centros urbanos e 44,4% na zona rural. A taxa média de crescimento anual da população, entre 1990 e 2005, foi de 1,9% e, de 2006 a 2015, de 1,61%. Logo, houve uma diminuição na taxa de crescimento da população. Em 2015, as regiões urbanas concentravam 68,5% da população e a rural 31,4%.

Tabela 13– Bolívia: População total e em porcentagem residente em área urbana e rural, em 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015

Anos	População total	Urbano	Rural
1990	6856246	55,6	44,4
1995	7566716	59,4	40,6
2000	8339512	61,8	38,1
2005	9125405	64,1	35,8
2010	9918245	66,4	33,5
2015	10724705	68,5	31,4

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do World Bank, 2015.

A tabela 14 demonstra a situação dos domicílios por região nos censos de 2001 e 2012. A maior parte das habitações é própria, no censo de 2001, sendo 66,8%, e as alugadas são 16,5%; contudo, ao se separar o índice da área urbana, o número cai para 54,2%, enquanto que o da área rural sobe para 86,7%. Em 2012, os domicílios aumentaram para 2,8 milhões, com as taxas média de crescimento de domicílios em 3,22%. A participação de habitações próprias é de 69,7% e a das alugadas mantém-se em 16,2%. Ao se analisar o perímetro urbano, o crescimento médio foi de 3,80% e a proporção de domicílios próprios foi de 59,7%. Por último, a região rural obteve um crescimento médio de 2,2%, sendo as próprias 88,38% e as alugadas 4,01%.

Tabela 14– Bolívia: Posse de habitação, por departamento, segundo a área geográfica, censo de 2001 e 2012.

(Em número e porcentagem das habitações)

Descrição	CENSO					
	2001			2012		
Pose dos domicílios	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Bolívia	1977665	1210962	766703	2803982	1826480	977502
Própria	66,82	54,22	86,7	69,72	59,73	88,38
Alugada	16,5	24,42	3,96	16,23	22,77	4,01
Em contrato anticrético	4,7	7,46	0,28	3,11	4,68	0,17
Em contrato misto	0,38	0,46	0,26	0,35	0,5	0,08
Cedida por serviços	3,9	3,1	5,05	2,33	1,79	3,35
Cedida por parentes ou amigos	6,67	8,85	3,24	6,7	8,61	3,25
Outros	1,11	1,5	0,51	1,52	1,92	0,77

Fonte: Adaptado de dados do INE, 2015.

Na tabela 15, observa-se a porcentagem dos serviços básicos para uma moradia digna, que compreendem água encanada, sistema de esgoto e eletricidade. No censo de 2001, a cobertura de água equivalia a 72,7%, a taxa no perímetro urbano subindo para 87,8% e na área

rural diminuindo para 47,6%. A variável de cobertura de saneamento é a menor em comparação com as outras, correspondendo a 41,4%, no total, e representando, nas regiões urbana e rural, 45,54% e 34,55%. A variável de cobertura de energia apresentava 66,14%, sendo na área urbana 90,3% e na rural 26,08%. O censo de 2012 apresentou uma melhora em todos os indicadores e em todas as regiões geográficas, sendo a cobertura de água correspondente a 80,75%, com uma taxa de crescimento de 11% ao ano anterior. As regiões urbanas e rurais contabilizaram 90,16% e 61,23%, sendo que as taxas de crescimentos foram de 2,5% e 28,6%, respectivamente. O indicador de cobertura de saneamento alterou-se para 52,7%, composto pelos índices das áreas urbana e rural, que são, respectivamente, 58,6% e 50,4%. A variável que obteve o maior desempenho foi a cobertura de energia elétrica, constituindo o total de 85,37% dos domicílios. As regiões urbanas e rural equivalem, respectivamente, a 96,64% e 61,97%; logo, a maior taxa de crescimento em comparação com o censo anterior foi a de eletricidade na área rural, com 137%.

Tabela 15– Bolívia: Cobertura de água, saneamento básico e energia elétrica, segundo a área geográfica e os censos de 2001 e 2012.

(Em número e porcentagem de casas)

Descrição	CENSO	
	2001	2012
Cobertura da água (1)	72,78	80,75
Área Urbana	87,94	90,16
Área Rural	47,63	61,23
Cobertura de saneamento (2)	41,41	52,7
Área Urbana	45,54	58,61
Área Rural	34,55	40,44
Cobertura da energia elétrica (3)	66,14	85,37
Área Urbana	90,3	96,64
Área Rural	26,08	61,97

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INE, 2015.

(1) para o cálculo, considera-se a população em área urbana que tem acesso à água encanada ou reservatório público e população em área rural aquela que tem acesso a encanamento, reservatório ou poço com bomba.

(2) para o cálculo, considera-se a população em área urbana que tem acesso a serviços de esgoto e população rural aquela que tem acesso a serviço de esgoto, fossa séptica ou fossa.

(3) para o cálculo, considera-se a população que tem acesso a energia elétrica (incluindo motor próprio, painel solar e outros), para a população que reside em casas (censo de 2001) e população em casas particulares com habitantes.

Nota: No censo de 2001, diferenciam-se casas e habitação; entretanto, no censo de 2012, casas e habitações particulares com habitantes presentes foram utilizadas alternadamente.

4.3.4 Indicadores de desigualdade, pobreza e desenvolvimento humano.

A pobreza é um problema sério, que causa privações de capacidades básicas, limitando a obtenção de direitos básicos e da dignidade do indivíduo (SEN, 2000). Pobreza, para o INE da Bolívia, consiste em uma condição social emergente que resulta na falta de recursos em zonas rurais ou na irregularidade no sustento em zonas urbanas, ocasionando uma má qualidade de vida. Para a CEPAL (2009), ela constitui uma deficiência de bens e serviços materiais, reivindicados para se incluir na sociedade.

4.3.4.1 Índice de Gini

O índice de Gini estimado pelo World Bank, mede a distribuição da renda de um país, na escala 0 a 100, sendo 100 completamente desigual e 0 totalmente igualitário. A tabela 16 reporta que uma escalada no índice em 1990 de 42 para 49,11 em 1992 com taxa de crescimento de 16,8% e no ano de 1997 uma nova subida da taxa de crescimento de 18,4%. Somente no ano de 2004 começa a apresentar a tendência de inversão. O intervalo de 1990 a 2005 apresenta uma taxa média de crescimento anual de 2% e o segundo intervalo de 2006 até 2014, possui uma taxa média de crescimento anual de -2%. Por fim, se constata que o Gini não se recuperou totalmente em relação ao ano de 1990.

Tabela 16: O Índice de Gini (estimativa do World Bank).

Anos	Gini	Taxa de crescimento %
1990	42,04	
1992	49,11	16,82
1997	58,16	18,43
1999	58,1	-0,1
2000	63	8,43
2001	58,88	-6,54
2002	60,16	2,17
2004	55,01	-8,56
2005	58,47	6,29
2006	56,87	-2,74
2007	55,44	-2,51
2008	51,43	-7,23
2009	49,65	-3,46
2011	46,26	-6,83
2013	48,06	3,89
2014	48,4	0,71

Fonte: Elaboração própria com base de dados World Bank, 2015.

A tabela 17 apresenta um comparativo entre 6 países com a variável do índice de Gini e a taxa de crescimento, na qual se destaca a Bolívia, em 2006, com o maior índice de Gini entre os países pesquisados, com 56,8, e os dois melhores são: Argentina, com 48,2, e Peru, obtendo 51,6. Porém, nos anos de 2009 e 2011, a Bolívia melhora o Gini, indo para 49,6, e, no período seguinte, para 46,26, ultrapassando, com isso, o Brasil e o Paraguai, já que, com uma taxa de crescimento de -12,7%, em 2009, e de -6,83%, em 2011, obteve a melhor performance entre os países em diminuição do Gini nos dois períodos analisados. No último ano da análise, os países menos desiguais foram: Argentina (42,28), Peru (44,73), Bolívia (48,06), Paraguai (48,3), Chile (50,45) e Brasil (52,87). Em termos de taxa de crescimento, referente a 2013, o país que apresentou a melhor performance foi o Paraguai, com -8,17%, e o pior foi a Bolívia, com 3,89%. As taxas de crescimento médio anuais, entre 2006 a 2013, foram, em ordem decrescente: Bolívia (-2,08%), Peru (-1,79%), Argentina (-1,64%), Paraguai (-1,30%), Brasil (-0,7%) e Chile (-0,33%).

Tabela 17– Comparação do Índice de Gini (estimação do World Bank) por países escolhidos e variação percentual.

Países	2006	2009		2011		2013	
		2009	Taxa de Crescimento %	2011	Taxa de Crescimento %	2013	Taxa de Crescimento %
Argentina	48,26	45,27	-6,20	43,57	-3,76	42,28	-2,96
Bolívia	56,87	49,65	-12,70	46,26	-6,83	48,06	3,89
Brasil	55,93	53,87	-3,68	53,09	-1,45	52,87	-0,41
Chile	51,79	52	0,41	50,84	-2,23	50,45	-0,77
Peru	51,67	47,96	-7,18	45,48	-5,17	44,73	-1,65
Paraguai	53,63	49,67	-7,38	52,6	5,90	48,3	-8,17

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do World Bank, 2015.

4.3.4.2 Pobreza, pobreza extrema e linha de pobreza

A redução da pobreza e da extrema pobreza foi observada nos cinco países analisados, significando um aumento de liberdade em termos sociais. Em 2009, os três países com maior porcentagem de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza foram: Paraguai, com 56% da população, Bolívia, com 42,4%, e Peru, com 37,1%. Em 2013, o país que obteve a maior taxa

de crescimento na pobreza (-36%) e também na pobreza extrema (-60%) foi o Peru. Em segundo lugar, em taxa de crescimento na pobreza nacional, com -32%, e na extrema pobreza, com -31%, ficou o Chile. O terceiro lugar ficou com o Paraguai, que teve uma taxa de crescimento de -27%, na pobreza, e 58%, na extrema pobreza. Nas últimas posições estão o Brasil e a Bolívia, com taxa de crescimento de pobreza em -28% e em -23% e de pobreza extrema em -16% e em -25%, respectivamente.

Tabela 18 – Os países selecionados, população que vive abaixo da linha da pobreza extrema e linha da pobreza.

(Porcentagem da população em cada país)

Países	2009		2013	
	Extrema Pobreza	Pobreza	Extrema Pobreza	Pobreza
Bolívia	22,4	42,4	16,8	32,7
Brasil	7	24,9	5,9	18
Chile	3,6	11,4	2,5	7,8
Paraguai	30,4	56	12,9	40,7
Peru	11,7	37,1	4,7	23,9

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do CEPALSTAT, 2016.

4.3.4.3 Participação dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres

O indicador a seguir mede a desigualdade de renda, constituído por porcentagem da participação no rendimento em relação a acumulação por subgrupos da população, ordenados por quintil, ou seja, ao separar a população entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, a fim de entender quanto, financeiramente, cada um pode deter ou concentrar em um só grupo. A taxa média de crescimento anual, de 1990 a 2014, apresentada pelos 20% mais pobres resultou em -1,8% e dos 20% mais ricos em 0,4%. Observa-se, na tabela abaixo, que de 1990 a 2000 caiu drasticamente a participação dos 20% mais pobres, com uma taxa média de crescimento anual de -16,2%, sendo que os 20% mais ricos, no mesmo período, obtiveram uma taxa média de crescimento anual de 2,8%. Ao analisar a situação após 2005, vê-se um aumento contínuo, com pouca variação negativa, sendo a taxa média de crescimento anual, de 2005 a 2014, de 6,87% na renda dos 20% mais pobres e de -1,64% dos 20% mais ricos. Observa-se que o pior ano dos 20% mais pobres é 2000, com 0,8%, sendo que, em contrapartida, no mesmo ano, os 20% mais ricos obtiveram a maior participação de todo o intervalo, com 65,33%.

Na série avaliada, dois períodos distintos foram verificados: de 1990 a 2000, consistindo em um processo de concentração de renda nos 20% mais ricos e o segundo, de 2006

a 2014, consistindo em um aumento da renda dos 20% mais pobres, não retornando, porém, sua participação equivalente à renda de 1990, logo a uma recuperação gradativa.

Tabela 19– Participação na renda dos 20% mais pobres e os 20% mais ricos.

(Em porcentagem)

Anos	Participação dos 20% mais pobres na renda	Taxa de Crescimento %	Participação dos 20% mais ricos na renda	Taxa de Crescimento %
1990	5,61		48,23	
1992	4,56	-18,72	54,73	13,48
1997	2,03	-55,48	61,66	12,66
1999	1,28	-36,95	60,53	-1,83
2000	0,8	-37,50	65,33	7,93
2001	1,61	101,25	61,94	-5,19
2002	1,48	-8,07	63,08	1,84
2004	3,09	108,78	59,55	-5,60
2005	1,89	-38,83	61,75	3,69
2006	2,11	11,64	60,15	-2,59
2007	2,7	27,96	59,46	-1,15
2008	2,97	10,00	55,38	-6,86
2009	2,91	-2,02	53,35	-3,67
2011	3,69	26,80	50,65	-5,06
2012	3,27	-11,38	50,5	-0,30
2013	3,42	4,59	52,23	3,43
2014	3,59	4,97	52,71	0,92

Fonte: Elaboração própria, com base de dados World Bank, 2015.

4.3.4.4 Taxa de incidência da pobreza, sobre base US\$1,90 por dia e US\$3,10 por dia

A tabela 20 apresenta a taxa de incidência da pobreza, sendo a base de US\$ 1,90 e de US\$ 3,10 por dia em PPC e porcentagem da população. Observa-se um aumento constante nos anos de 1990 a 2000, resultando em uma taxa média de crescimento anual de 12% na base de US\$ 1,90 e de 4,7% na base de US\$ 3,10, a taxa acumulada sendo de 152,9% na base de US\$ 1,90 e de 62,2% na base de US\$ 3,10. Quando investigado o intervalo de 2004 a 2014, obtém-se uma taxa média de crescimento anual de -10,2% e de -8,9 nas bases de US\$ 1,90 e de US\$ 3,10. A variação acumulada é de -90% e -92% para, respectivamente, US\$ 1,90 e US\$ 3,10. A diminuição da pobreza ocorre após 2005, sendo que 32% da população viviam com 3,10 dólares por dia e 20% com 1,90 dólares. Mas, no ano final do estudo, em 2014, apresenta-se o melhor ano em diminuição da pobreza com a base de 3,10 dólares por dia, de 12,69%, e com 1,90 dólares por dia, de 6,8% da população.

Tabela 20 -A taxa de incidência da pobreza, sobre a base de US\$ 1,90 e a base US\$ 3,10 por dia (PPC de 2011) em porcentagem da população.

Anos	Taxa de Crescimento		Taxa de Crescimento	
	US\$ 1,90	%	US\$ 3,10	%
1990	8,57		24,84	
1992	15,24	77,8	35,91	44,57
1997	19,26	26,4	30,98	-13,73
1999	25,3	31,4	37,43	20,82
2000	29,67	17,3	41,38	10,55
2001	23,67	-20,2	35,77	-13,56
2002	24,93	5,3	36,85	3,02
2004	13,66	-45,2	27,98	-24,07
2005	20,38	49,2	32,24	15,23
2006	17,9	-12,2	29,24	-9,31
2007	13,9	-22,3	27,31	-6,60
2008	11,91	-14,3	20,73	-24,09
2009	11,92	0,1	19,2	-7,38
2011	7,96	-33,2	14,63	-23,80
2012	9,07	13,9	15,77	7,79
2013	7,7	-15,1	13,35	-15,35
2014	6,81	-11,6	12,69	-4,94

Fonte: Elaboração própria, com dados do World Bank, 2015.

4.3.4.5 IDH

O IDH contempla variáveis como educação, saúde e renda *per capita*, a partir das quais podemos montar um quadro comparativo internacional. Nesse sentido, o gráfico 4, abaixo, demonstra a evolução do índice entre 1990 e 2015. Ao medir a taxa média de crescimento anual em todo o período, observa-se que a maior evolução nesse critério foi a da Bolívia, com 0,92%, e, em ordem decrescente, estão: Brasil, com 0,84%, Chile, com 0,76%, Peru, com 0,75%, Paraguai, com 0,71% e, em último lugar, Argentina, com 0,64%. Logo, a taxa de crescimento da Bolívia, levando-se em conta o primeiro e o último ano da série, correspondeu a 26%.

Em valores nominais, em 2015, o Chile apresentou o melhor IDH dos países destacados, com 0,847, seguido em ordem decrescente por: Argentina (0,827), Brasil (0,754), Peru (0,74), Paraguai (0,693) e, por fim, Bolívia (0,674).

Gráfico 4 – IDH com 6 países escolhidos, no período de 1990 a 2015.

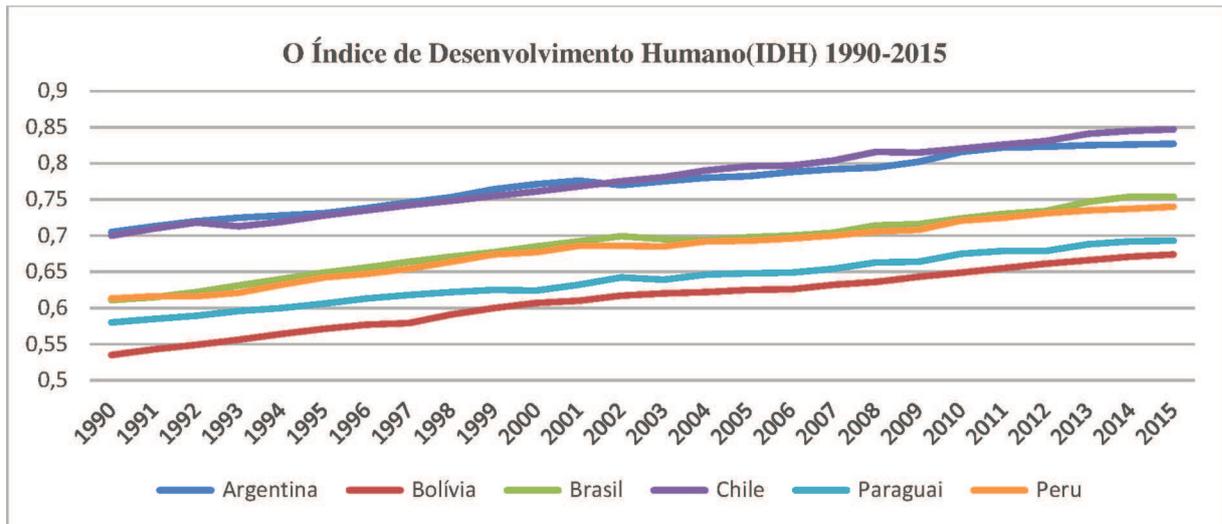
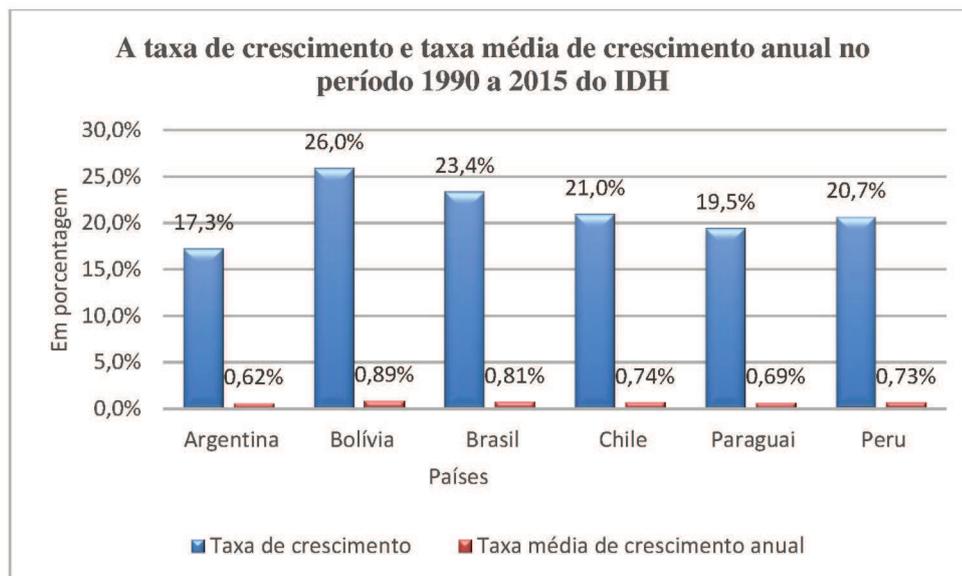


Gráfico 5– Taxa de crescimento e taxa média de crescimento anual, no período de 1990 a 2015, do IDH.



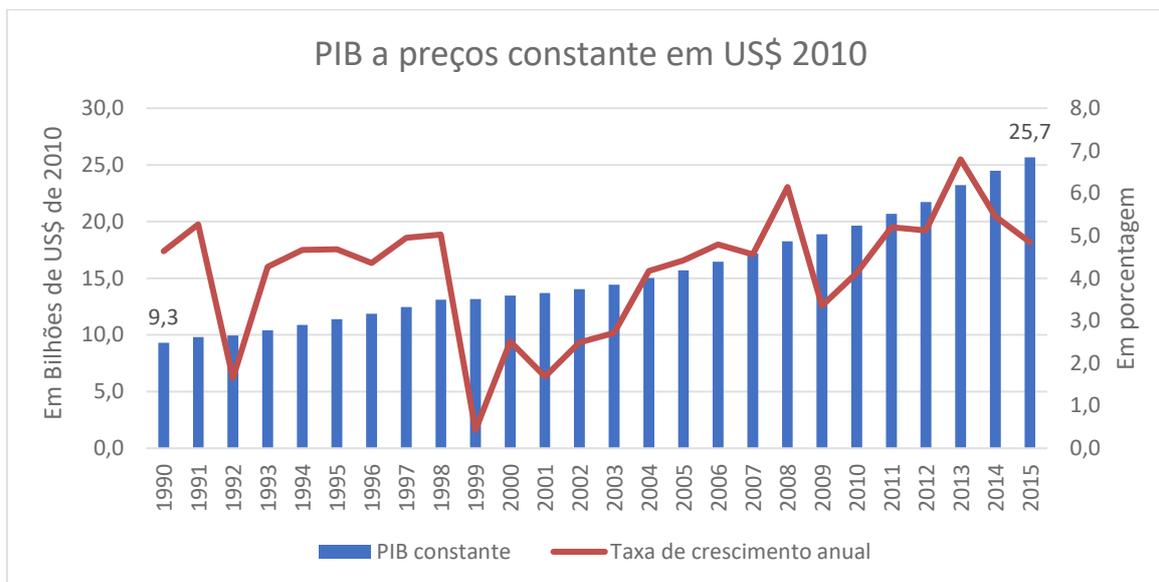
4.4 ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

A economia do setor público apresenta como variáveis o PIB constante a preços em dólares de 2010 e a comparação entre seis países na variável PIB *per capita* a dólares de 2011. Na subseção seguinte, demonstram-se os indicadores de dívida pública e uma comparação entre cinco países em razão das reservas internacionais, componentes do gasto no PIB, evolução e participação do poder público e privado na variável Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e, por último, na subseção 4.4.3, a dívida interna do Tesouro Geral da Nação (TGN) em porcentagem do PIB e os tipos de moedas relacionadas à dívida.

4.4.1 PIB

O PIB é a uma das principais variáveis macroeconômicas para se medir o crescimento econômico de uma nação, sendo composto por bens e serviços finais produzidos em um ano ou, dependendo da escolha do período, ele reflete se há um progresso em comparação com o ano anterior. No entanto, seu valor não reflete a desigualdade de renda ou qualquer aspecto social. No gráfico 6, mostra-se o PIB constante em dólares de 2010 e a taxa de crescimento anual, que resulta numa taxa de crescimento médio, no período de 1990 a 2015, de 3,98%. Ao examinar o ano de 1999, evidencia-se uma queda na taxa de crescimento, originada pela instabilidade do mercado externo da época, aspecto ligado à baixa dos preços das *commodities*, refletindo, assim, em 0,4% na taxa de crescimento nesse ano. Com as altas do preço das *commodities* após os anos 2003, verifica-se um crescimento constante, resultando em uma recuperação, após a queda em 1999. No caso dos anos do governo de Morales (2006-2015), a taxa média de crescimento anual equivaleu a 4,55%.

Gráfico 6– PIB a preço constante em dólares de 2010 e a taxa de crescimento anual.



Fonte: Elaboração própria, com base de dados do World Bank, 2015.

Outra ferramenta para analisar economias distintas consiste na divisão de seu PIB pela população, tendo-se assim algo mais dimensionado; porém, com a necessidade de se igualar o poder de compra por diferentes países, usa-se o dólar constante. No gráfico 7, encontra-se o PIB *per capita* com PPC a dólares constantes de 2011, comparando-se 6 países em um período de 1990 a 2015.

A taxa média de crescimento anual em todo o período, indo do maior para o menor, foi: Chile (3,56%), Peru (3,23%), Argentina (2,30%), Bolívia (2,29%), Paraguai (1,44%) e Brasil (1,39%). Porém, ao analisar o período do governo de Evo Morales (2006-2015), as taxas de crescimento médio são apresentadas em ordem decrescente: Peru (4,28%), Paraguai (3,53%), Bolívia (3,39%), Chile (2,45%), Brasil (1,65%) e Argentina (1,57%). Em valores nominais, o primeiro e último são: Chile, possuindo o maior PIB *per capita*, com US\$ 22.197,00, e Bolívia, com US\$ 6.531,00.

Gráfico 7 – PIB *per capita* com Paridade de Poder de Compra (PPC) a dólares constantes de 2011.

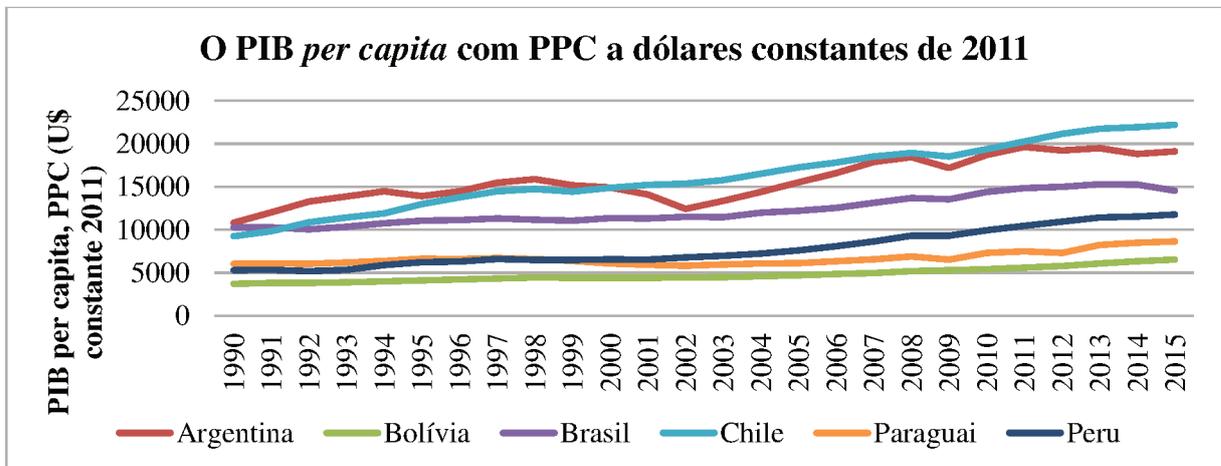
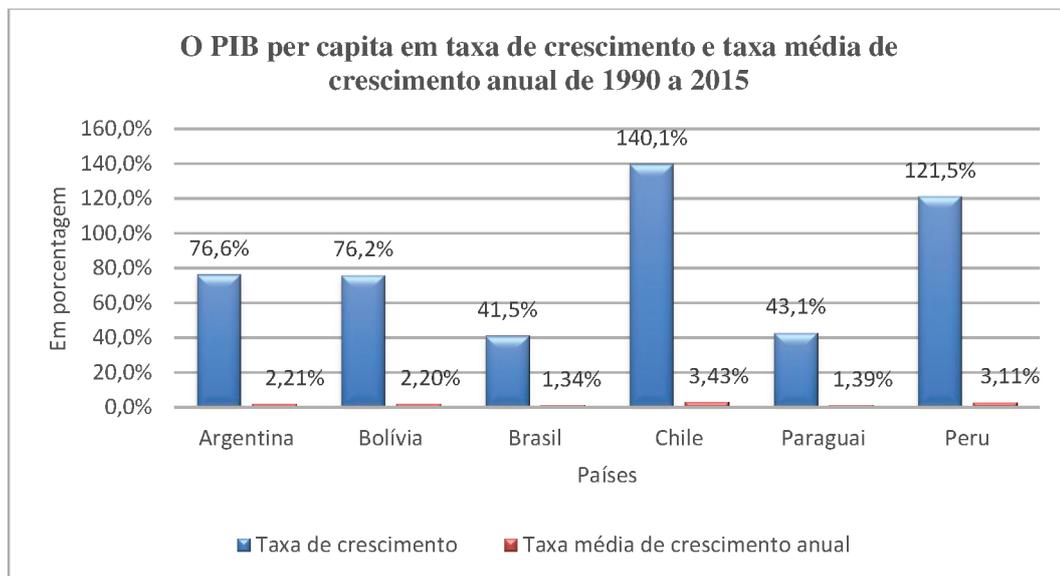


Gráfico 8 – Taxa de crescimento e taxa média de crescimento anual do PIB *per capita* com Paridade de Poder de Compra (PPC) em dólares constantes de 2011, no período de 1990 a 2015.



4.4.2 Dívida Externa e Reservas Internacionais

A participação da dívida pública externa boliviana em relação ao PIB vem diminuindo abruptamente desde 2006, correspondendo a 28,1%. Em comparação com o ano anterior, ela

estava em 51,6% do PIB e o serviço da dívida, que consiste no pagamento da taxa de juros da dívida, que em 2005 estava em 3,8%, reduziu-se para 2,82% no ano seguinte. O período de 2006 foi influenciado pela alta dos preços das commodities, que implicaram no aumento das exportações nesse período, gerando um superávit na balança comercial e, com isso, ampliando as reservas internacionais líquidas que, em 2006, representavam 98% da dívida pública externa.

O ano de 2011 foi o melhor da série avaliada, no qual se obteve a menor relação da dívida externa sobre o PIB (14,48%), do serviço da dívida sobre o PIB (0,96%) e a variável das reservas internacionais líquidas divididas pela dívida externa pública resultou em 344%. Em 2015, o resultado da dívida em razão do PIB foi de 19%, o serviço da dívida de 1,58% e as reservas internacionais equivaleram a 206% da dívida pública externa.

Tabela 21– Os coeficientes do endividamento boliviano da dívida pública externa e PIB em milhões de dólares

Anos	PIB ¹	DE (Pública) ²	DE/PIB	SE ³	SE/PIB	RIL ⁴	RIL/DE
2002	7917	4400	55,58	258,3	3,26	853,8	0,19
2003	8093	5142	63,54	272,8	3,37	975,8	0,19
2004	8784	5046	57,44	287	3,27	1123,3	0,22
2005	9574	4942	51,62	367,6	3,84	1714,2	0,35
2006	11521	3248	28,19	325,3	2,82	3177,7	0,98
2007	13215	2208	16,71	328,3	2,48	5319,2	2,41
2008	16790	2443	14,55	260,7	1,55	7722	3,16
2009	17464	2601	14,89	222,8	1,28	8580,1	3,30
2010	19787	2891	14,61	301,9	1,53	9729,7	3,37
2011	24123	3492	14,48	231,8	0,96	12018,5	3,44
2012	27232	4196	15,41	505,7	1,86	13926,7	3,32
2013	30883	5262	17,04	297,7	0,96	14430,1	2,74
2014	33248	5736	17,25	367,3	1,10	15122,8	2,64
2015(p)	33238	6341	19,08	526,3	1,58	13055,9	2,06

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INE e BCB, 2015.

Nota: (P) preliminar, 1) PIB; 2) Dívida Pública Externa; 3) Serviço da Dívida Externa; 4) Reservas Internacionais Líquidas

A tabela 22 indica duas instituições multilaterais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Cooperação Andina de Fomento (CAF), que são os principais financiadores da Bolívia no mercado internacional. As duas concentravam, em 2002, 46% do total da dívida externa boliviana, sendo que, em 2006, elas possuíam 76,8% da dívida pública e, no ano de 2015, esse fator equivalia a 57,8%.

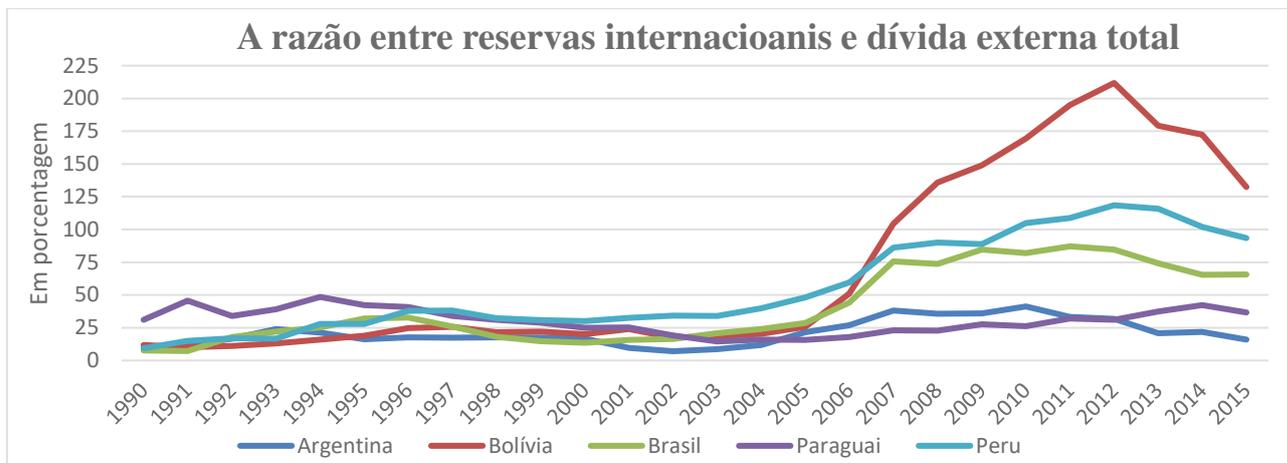
Tabela 22 – A dívida externa boliviana e seus dois maiores financiadores em milhões de dólares.

Anos	Dívida Total	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)		Cooperação Andina de Fomento (CAF)	
		BID	%	CAF	%
2002	4399,84	1450,25	32,96	577,38	13,12
2003	5142,17	1626,5	31,63	740,64	14,40
2004	5046,04	1658,24	32,86	836,89	16,59
2005	4941,71	1622,76	32,84	871,22	17,63
2006	3248,1	1621,16	49,91	843,62	25,97
2007	2207,9	459,29	20,80	856,13	38,78
2008	2442,77	460,86	18,87	947	38,77
2009	2600,6	519,4	19,97	1020,01	39,22
2010	2890,7	629,43	21,77	1168,62	40,43
2011	3491,9	764,18	21,88	1316,58	37,70
2012	4195,65	935,96	22,31	1510,95	36,01
2013	5261,79	1179,42	22,41	1628,76	30,95
2014	5736,21	1458,4	25,42	1772,3	30,90
2015	6340,8	1768,5	27,89	1900,8	29,98

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INE e BCB, 2015.

O gráfico 9 embasa-se no indicador da razão das reservas internacionais e da dívida externa total (pública e privada), assim avaliando se o país consegue quitar sua dívida externa, mesmo a curto prazo. Dos anos 90 até 2004, nenhum país passou a marca de 50%, sendo que o mais próximo disso foi o Paraguai, em 1994, com 48%. Porém, após 2004, três países conseguiram superar os 50%: Bolívia, Brasil e Peru. Nesse sentido, vale destacar que, desde 2007 até o último ano analisado, a Bolívia foi o país com a maior reserva internacional em razão das dívidas externas totais, número que, em 2007, alcançou o valor de 104,4%, nesse nível do índice, implicando no fato de que os recursos da reserva podem solver toda a dívida e ainda sobraem recursos. O melhor ano foi 2012, no qual se alcançou 211%. Nesse período ocorreu grande aumento do preço das *commodities*, que constituem os principais produtos exportados da Bolívia, logo se refletindo nos grandes superávits comerciais e na acumulação de reservas internacionais. Em 2015, a Bolívia obteve 132%, sendo que os outros países apresentaram: Peru, 93,4%; Brasil, 66,5 %; Paraguai, 36,7%; e Argentina, 16%.

Gráfico 9 – A razão entre reservas internacionais e dívida externa total de cinco países selecionados.



A composição da demanda ou do gasto na participação do PIB resulta em que o consumo das famílias e as Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) sejam responsáveis, no ano de 2000, por 76,37% e, segundo a FBCF, por 17,89%, seguido pelo consumo do governo, com 14,54%, e pelo resultado das exportações menos as importações, resultante em -9,5%. Ao observar o ano de 2006, a participação das exportações aumenta em 126% com relação ao ano de 2000; em contrapartida, as importações no mesmo período obtiveram uma variação de 19,9% em comparação com o ano 2000. Já o consumo das famílias diminuiu de 2000 até 2006. No ano de 2015, constatou-se o crescimento do consumo do governo, com uma variação porcentual de 19%, em comparação com o ano anterior. O consumo das famílias atingiu 69,3%, com uma variação ao ano anterior de 10%, sendo que a FBCF vem aumentando sua participação desde 2007, logrando 21,3% no ano de 2015 e obtendo uma variação de 2% com relação ao ano anterior. As exportações e as importações obtiveram uma queda, em relação ao ano anterior, de -24% e de -12 % respectivamente.

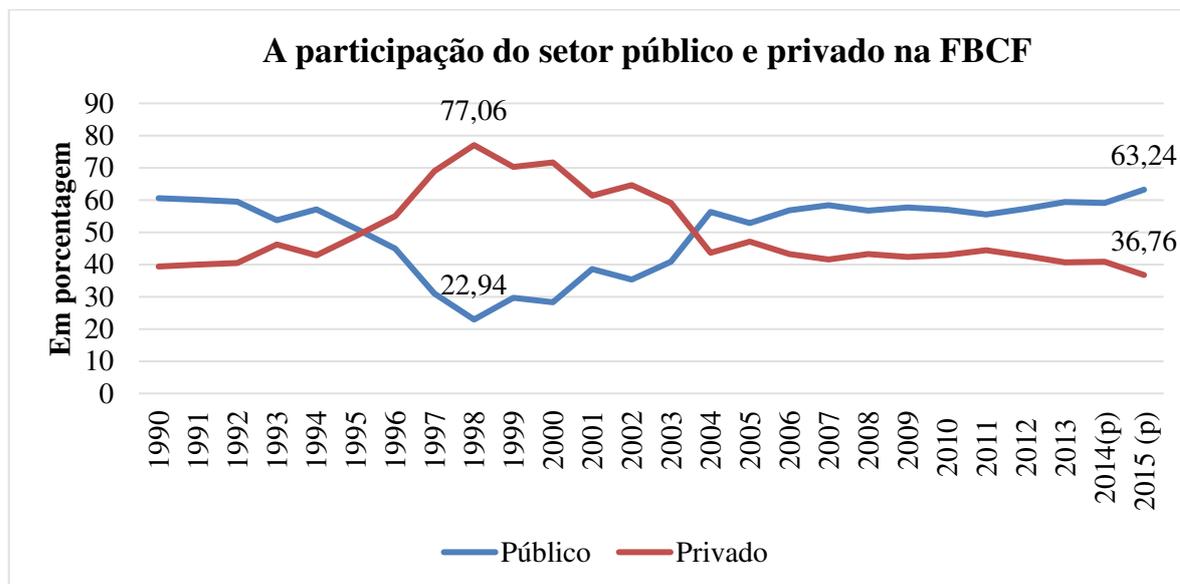
Tabela 23 – Participação dos componentes do gasto no PIB a preços correntes, de 2000 a 2015 (em porcentagem).

Componentes da Demanda	PIB (A preço de mercado)	Consumo do Governo	Consumo das famílias e ISFLSF	Variações existências	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportações de bens e serviços	Importações de bens e serviços
2000	100	14,54	76,37	0,26	17,89	18,27	27,32
2001	100	15,72	75,29	0,34	13,93	19,97	25,26
2002	100	15,97	73,82	0,65	15,65	21,63	27,72
2003	100	16,52	71,01	0,57	12,66	25,6	26,37
2004	100	16,26	67,91	-0,67	11,69	31,14	26,33
2005	100	15,97	66,32	1,26	12,99	35,55	32,09
2006	100	14,35	62,77	-0,43	14,3	41,77	32,77
2007	100	14,06	63,23	-0,95	16,14	41,8	34,27
2008	100	13,28	62,22	0,3	17,25	44,91	37,96
2009	100	14,71	65,5	0,49	16,48	35,72	32,9
2010	100	13,83	62,3	0,43	16,57	41,19	34,32
2011	100	13,78	60,7	0,85	18,97	44,09	38,39
2012	100	13,44	59,5	-0,69	18,36	47,17	37,78
2013	100	13,84	60,19	-0,04	19,06	44,09	37,14
2014(p)	100	14,71	62,94	0,05	20,98	43,29	41,97
2015(p)	100	17,5	69,33	-2,06	21,3	30,87	36,93

Fonte: INE, 2015. Nota (p): Preliminar.

No que concerne à FBCF na Bolívia, entre os anos de 1994 a 1996, ocorreu uma mudança, na qual a maior participação passou do setor público para o setor privado, alcançando, no ano de 1998, a maior diferença entre ambos, com 77% da FBCF no setor privado. Entretanto, no ano de 2003, ocorreu novamente uma inversão, na qual o setor público volta a ter maior porcentagem. No período do governo de Evo Morales, com as políticas econômicas do Estado investidor, tende-se a aumentar esse valor que, no ano de 2015, registra a maior diferença entre público, 63,24%, e privado, 36,76%.

Gráfico 10 – Participação do setor público e privado na FBCF

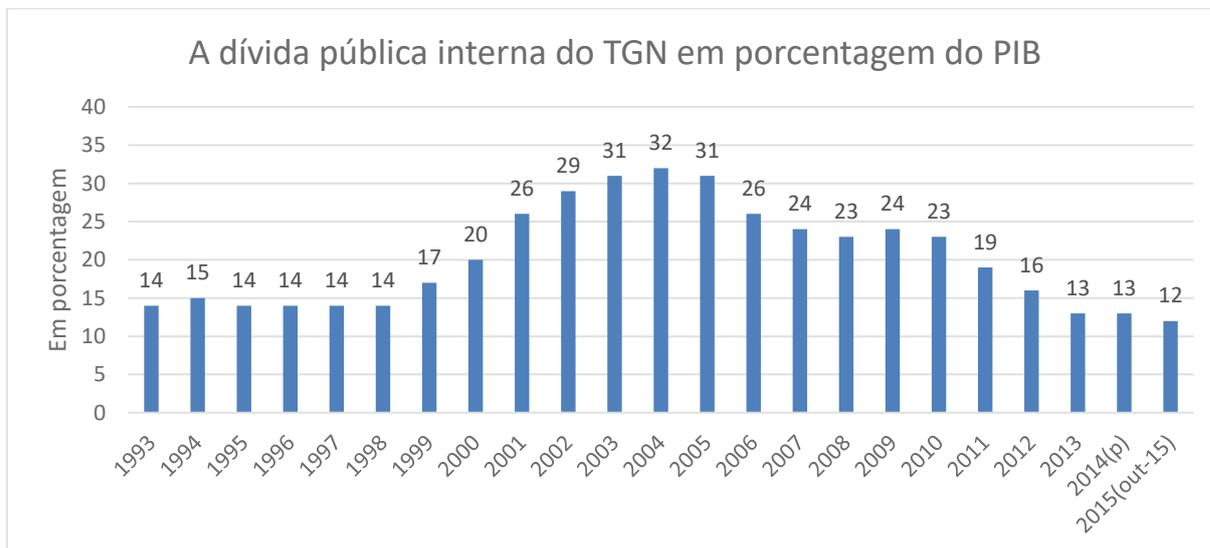


Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INE, Bolívia, 2015.

4.4.3 Dívida Interna

O gráfico 11 demonstra a evolução da dívida pública interna, com o aumento gradual no período de 1999, ocasionado pela crise internacional e pela baixa dos preços das *commodities*, refletindo-se no aumento da dívida e no “boom” dos preços internacionais das matérias-primas e no crescimento da receita do Estado, reduzindo-se assim a relação da dívida sobre o PIB, nos anos após 2006.

Gráfico 11 – A dívida pública interna do Tesouro Geral da Nação (TGN) em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: ARCE CATAORA, (p. 362, 2015). Nota: (P) preliminar.

A tabela 24 apresenta o tipo de moeda da dívida pública, sendo que, em 2006, a moeda local boliviana representava somente 1,8% do total. Logo em seguida, contudo, houve uma transição na política monetária de nacionalização da dívida em moeda nacional, pois, para que uma política monetária tenha maior efeito, necessita-se que a moeda seja a mesma que o país produz. Então, ocorre uma postura, nos anos seguintes, de diminuição até a extinção dos dólares americanos na participação das moedas, em 2015. Assim, ao final da série, apresenta-se a participação de 70,6% da moeda bolivianos na dívida interna boliviana.

Tabela 24– O saldo da dívida interna do TGN, por moeda em porcentagem

Tipos de moedas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015(OUT)
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Bolivianos	1,8	30,5	5,3	20,5	51,5	52	56,4	59,8	66,3	70,6
Bolivianos com manutenção de valor ao Dólar	25,8	24,3	20	18,5	17,1	17,1	15,9	13,1	8,8	6,2
Unidade de Fomento de habitação	62,1	40	66,4	60,5	31,2	30,7	27,6	27,2	24,9	23,2
Dólares Americanos	10,2	5,2	8,3	0,4	0,2	0,1	0,1	0	0	0

Fonte: ARCE CATAORA (p. 364, 2015).

SÍNTESE CONCLUSIVA

As observações referentes ao período de 1990 a 2015 permitiram identificar grandes transformações na sociedade boliviana. Primeiramente, observa-se que a população ocupada, em 2015, se concentra em grupos ocupacionais ligados à agricultura, pecuária e pesca, correspondendo a 26,9%, sendo que, contudo, a participação desse grupo, em relação ao PIB, é de 9,7%, ou seja, mais de um quarto da PEA está alocada em uma ocupação com baixa adesão no PIB, demonstrando-se o tamanho da desigualdade latente e revelando que boa parte da população está em ocupações de subempregos. Logo, um dos maiores desafios da Bolívia atual é reduzir o mercado informal, pois os dados da OIT (2013) averiguam que 75,1% da PEA estão em um emprego informal não agrícola, isso representando 2,08 milhões de pessoas, em 2006.

Na perspectiva do salário mínimo, no intervalo de 1991 a 2015, constata-se que a taxa média de crescimento anual em todo o período, em moeda local (bolivianos), é de 11,07% e, em dólares, 8,10%; porém, se dividirmos os períodos em governos neoliberais (1991-2005) e em governo de Evo Morales (2006-2015), utilizando a variável taxa média de crescimento anual, obtemos as seguintes conclusões: a taxa média de crescimento anual em moeda local (bolivianos), do primeiro período, é de 9,05% e, do segundo, 12,7%; mas, em moeda estrangeira (dólares), a taxa média de crescimento anual, no primeiro período, resulta em 3% e, no segundo, em 14,4%. Desse modo, vê-se que a política de valorização do salário mínimo no governo de Morales obteve êxito, em comparação com os governos anteriores.

O crescimento das exportações é explicado pelo mercado internacional, já que a elevação nos preços das *commodities*, principalmente do gás natural, contribuiu para aumentar a taxa de internacionalização da economia que, desde 2004, esteve acima de 50%. As exportações garantiram constantes superávits fiscais na balança comercial até 2014; logo, o superávit constante refletiu na diminuição da dívida pública interna, equivalente a 12% do PIB em 2015, a dívida pública externa representando 19,08% do PIB, no mesmo ano, e as reservas elevando-se, no mesmo período, em 206%, em razão da dívida pública. Nota-se o constante aumento na FBCF no governo de Morales, chegando-se a 21,03% do PIB no ano de 2015, o maior entre os 15 anos pesquisados.

O PIB a preços constantes em dólares de 2010, em taxa média de crescimento anual, representou 3,98%, entre 1990 e 2015; mas, no intervalo de 1990 a 2005, a taxa média de crescimento anual foi de 3,32% e, no intervalo de 2006 a 2015, ela resultou em 4,55%. Contudo, quando comparamos a Bolívia com a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Peru, por PIB *per capita* e PPC, identificamos que, apesar de o país ser o último colocado no valor bruto de

US\$ 6531, em 2015, sua taxa média de crescimento anual está em terceiro lugar, com 2,20%, no intervalo de 1990 a 2015.

Em relação aos resultados sociais, o índice de Gini, em 1990, representava 42,04 e, em 2014, ele alcançou 48,4, correspondendo a uma taxa de crescimento médio de 0,57%; porém, se o dividirmos em dois intervalos, o primeiro de 1990 a 2005 e o segundo de 2006 a 2014, observamos que a taxa média de crescimento anual é de 2,08% e de -2%, respectivamente; logo, haveria dois intervalos distintos de concentração de renda. Comparando-se o Gini entre 6 países, a Bolívia e seus cinco vizinhos fronteiriços, notamos que a Bolívia obteve a maior diminuição do Gini, no período de 2006 a 2013, visto que, em 2006, ela apresentou o maior Gini dentre os países selecionados; todavia, sua taxa média de crescimento anual foi de -2,08%, no período de 2006 a 2013, ficando em terceiro lugar no final da observação.

A pobreza, medindo-se o intervalo de 1990 a 2014 em taxa de crescimento médio, correspondeu a -0,92% e -2,7%, respectivamente, para a base de US\$ 1,90 e de US\$ 3,10 por dia. No entanto, ao separarmos esses dados em duas análises, de 1990 a 2005 e de 2006 a 2014, identificamos um grande aumento da população na pobreza, na primeira análise, pois a taxa média de crescimento anual foi de 5,56% e de 1,64%, nas bases de US\$ 1,90 e de US\$ 3,10, enquanto que na segunda análise a taxa média de crescimento anual foi de -10,2% e de -8,9%, nas bases de US\$ 1,90 e de US\$ 3,10, invertendo-se a tendência e diminuindo a pobreza. O melhor ano, em porcentagem da população, foi 2014, com 6,81% para US\$ 1,90 e com 12,69% para US\$ 3,10 por dia.

Na comparação do IDH entre 6 países, identificamos que a Bolívia possui a maior taxa média de crescimento anual (0,89%), sendo, no entanto, o último país dentre os estudados, em 2015, com 0,67 no IDH. Por fim, a participação dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres evidencia que, de 1990 a 2005, a participação dos 20% mais pobres na renda obteve uma taxa média de crescimento anual de -6,57%, enquanto que os mais ricos incrementaram sua renda em taxa média de crescimento anual em 1,56%. O pior ano foi 2000, com 0,8% da renda dos 20% mais pobres e 65,33% da renda dos 20% mais ricos. A taxa média de crescimento anual, de 2006 a 2014, foi de 6,08% para os mais pobres e de -1,46% para os 20% mais ricos. O melhor ano foi 2014, com 3,59% dos mais ricos e 52,7% da renda dos mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embasamento histórico, permite observar que a Bolívia tem uma cultura própria, anterior ao período pré-colombiano, que se reflete nas populações indígenas atuais, por exemplo, em 2012, de acordo com a UNICEF (2014), a 41% da população acima de 15 anos autodeclarada indígena. Como se sabe, levou-se 127 anos, desde a independência até 1952, para que a população indígena e também o sexo feminino pudessem votar em eleições, logo constituindo uma grande restrição de liberdade e capacidade por quase um século e meio, com a negligência do próprio Estado.

A revolução de 1952 permitiu aumentar as liberdades substantivas, já que ela não só garantiu o sufrágio universal, mas também combateu o analfabetismo, aumentou o número de escolas públicas na zona rural, realizou a reforma agrária e erradicou o *pongueaje*. O *pongueaje*, para Sen, era o trabalho adscritício, pois negava a participação no mercado de trabalho da população *campesina* submetida ao *pongueaje*, uma espécie de cativo explícito, havendo, com isso, uma grande negação da liberdade.

Na era dos governos militares da Bolívia (1964-1982), houve a coerção do Estado sobre a população, partindo-se principalmente do segundo governo do presidente Hugo Banzer, período altamente autoritário que reprimiu o direito de expressão da população e também o direito ao voto, dado que encerrou todos os partidos políticos existentes, privando então a liberdade política da população.

O governo de Evo Morales é marcado principalmente pelo desenvolvimento de três aspectos distintos de liberdade. O primeiro consiste na liberdade política, pois a criação do Estado Plurinacional é embasada principalmente no coletivo, subjugando a propriedade privada em prol do coletivo, aproximando o Estado da identidade nacional, reconhecendo sua diversidade e fomentando a cultura própria. O segundo diz respeito às oportunidades sociais, investindo-se em programas sociais, principalmente com os programas *Juancito Pinto*, para manter a frequência escolar, e *Juana Azurduy*, contra a mortalidade infantil na gravidez. O terceiro constitui a segurança protetora, já que, ao conceder direito à aposentadoria a todos acima de 65 anos, delineia uma segurança social para garantir uma velhice digna.

Na análise dos anos de 1990 a 2015, constata-se que, no intervalo de 1990 a 2005, houve um grande aumento na concentração de renda e, simultaneamente, um aumento na pobreza, especialmente no ano de 2000, resultado de um baixo crescimento em 1999, fato que somente foi revertido após 2005, por um crescimento econômico que convergiu para um

desenvolvimento econômico e que aumentou o bem-estar da população, como o examinado no capítulo 4, melhorando, por exemplo, a distribuição de renda, conjuntamente com a diminuição da pobreza em todas as variáveis avaliadas. Com isso, verificou-se, na variável educação, a diminuição constante do analfabetismo, bem como o aumento generalizado da média de anos de estudos (tanto na zona rural como na urbana) e as convergências constatadas no censo de 2012, em relação aos anos médios de estudos entre a zona rural e urbana, entre homens e mulheres e entre departamentos. Nos indicadores de saúde, constatou-se o aumento na expectativa de vida, a diminuição da taxa de mortalidade e da taxa de fertilidade. No indicador de qualidade de moradia, houve aumento em todas as variáveis (cobertura de água, saneamento básico e energia elétrica) e também aumento no quesito residências próprias, tanto em áreas urbanas como rurais.

Assim sendo, de acordo com os critérios de Amartya Sen, a Bolívia após 2006 demonstrou um aumento nas capacidades e também na liberdade para seus habitantes, embora ainda haja um longo caminho a percorrer, se comparada aos seus vizinhos geográficos, em relação, por exemplo, ao IDH, contudo, ainda há espaço para alcançar um estágio maior de liberdades.

REFERÊNCIAS

- ARCE CATACTORA, Luis Alberto. **El modelo económico social comunitario productivo boliviano**. La Paz: Soipa Ltda, 2015. 425 p.
- BANCO CENTRAL DE BOLIVIA (Estado Plurinacional de Bolívia). **Índicadores de inflación**. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gob.bo/?q=indicadores_inflacion>. Acesso em 22 abril 2017.
- BETHELL, Leslie. Et al (Org.). **História da América Latina**. V. 6. A América Latina Após 1930. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. _____. **América Latina Colonial**. V.2, ed. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp, 2008. 867 p.
- _____. _____. **Da independência à 1870**. V. 3. ed. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2009. 1013 p.
- CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia**: a criação de um novo país a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. 352 p.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPALSTAT) (Naciones Unidas). **Base de Datos y Publicaciones Estadísticas**. 2016. Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp>. Acesso em 25 fev. 2017.
- _____. **Indicadores de pobreza y pobreza extrema utilizadas para el monitoreo de los ODM en América Latina**: el progreso de América Latina y el Caribe hacia los objetivos de desarrollo del milenio. 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/MDG/noticias/paginas/1/40211/P40211.xml&xsl;=/MDG/tpl/p18f.xsl&base;=/MDG/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- _____. **Participación en el producto interno bruto (PIB) anual por actividad económica a precios constantes**. Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=6&idTema=131&idIndicador=2219&idioma=e>>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- COSSÍO, Javier; LAGUNA, Marco; MARTIN, Denisse, et al. **La inflación y políticas del banco central de Bolívia**. In: JORNADAS MONETARIAS DEL BANCO CENTRAL DE BOLÍVIA (BCB). 2007. Disponível em: <https://www.bcb.gob.bo/webdocs/publicacionesbcb/revista_analisis/ra_vol10/Capitulo3final.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA. Vicepresidencia del Estado. Presidencia de la asamblea legislativa plurinacional. **Resultados electorales 2005 – 2009**: primer ciclo de gobierno indígena en Bolivia. La Paz: Unidad de Información para la Participación Ciudadana, 2010. Disponível em: <http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/ciclo_resultados.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro**: a história financeira do mundo. Tradução Cordelia Magalhães. São Paulo: Planeta, 2009. 418 p.
- GAZETA OFICIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA. **Decreto supremo nº 2477**, La Paz, 2015. Disponível em: <<http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/de-sargar/153258>> Acesso em 20 mai. 2017
- GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 193 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 181 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Información Estadística**. 2015. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

_____. **Series Históricas**: 80 años generando estadísticas. La Paz, 2016. Disponível em: <<http://web.ine.gob.bo/index.php/prensa/publicaciones/118-estadisticas-por-actividad-economica/293-series-historicas-80-anos-generando>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE) (Estado Plurinacional de Bolívia). **Censo de población y vivienda 2012**: características de la población. La Paz: INE, 2015. Disponível em: <http://web1.ine.gob.bo/pdf/CENSO_POBLACION.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Women and men in the informal economy**: a statistical picture. 2. ed. Geneva: ILO, 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_234413.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

KIERSZ, Andy. **Here Are The Most Unequal Countries In The World**. Business Insider, 2014. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/gini-index-income-inequality-world-map-2014-11>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

KLEIN, Herbert S. **História de Bolívia**. Tradução de Lucia Rayas. 5. ed. La Paz: Libreria, 2015. 433 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) (Brasil). **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx#>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ROSER, Max, **Human Development Index (HDI)**, 2016. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/human-development-index/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Império e as repúblicas do pacífico**: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Ufpr, 2002. 177 p.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: Herder: Ed. da USP, 1967. 687 p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz S.A, 1999. 461 p.

TAPIA, Álvaro Céspedes; MEDINACELLY, Javier Cossio. **Profundización del proceso de remonetización en Bolívia**: políticas y resultados. Revista de Análisis, v. 23, p. 9-62, 2015. Disponível em: <[https://www.bcb.gob.bo/webdocs/publicacionesbcb/2016/10/58/Articulo 1.pdf](https://www.bcb.gob.bo/webdocs/publicacionesbcb/2016/10/58/Articulo%201.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2016.

UNDP. **Human development data (1990-2015)**. 2015, disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em 10 jun. 2016.

_____. **Informe nacional sobre desarrollo humano en Bolívia**: el nuevo rostro de Bolívia - transformación social y metropolización. La Paz, Bolívia, 2015. Disponível em: <http://www.bo.undp.org/content/dam/bolivia/docs/undp_bo_IDH2016.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Panorama de la situación de la niñez y adolescencia indígena en América Latina**: El derecho a la educación y a la protección en Bolívia. 2014.

Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/UNICEF_LAC_Sit-indigena_Bolivia_dic2014.pdf>. Acesso em 28 mar. 2017.

_____. **Situación de pobreza en el país.** Bolívia, 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/bolivia/resources_2106.htm> Acesso em 01 jun. 2017.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Panorama de la situación de la niñez y adolescencia indígena en América Latina: El derecho a la educación y a la protección en Bolivia.** 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/UNICEF_LAC_Sit-indigena_Bolivia_dic2014.pdf>. Acesso em 28 mar 2017.

WORLD BANK. **World Development Indicators Database.** 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Pronósticos del Banco Mundial:** por primera vez la pobreza mundial se situará por debajo del 10%, y persisten grandes obstáculos para ponerle fin a más tardar en 2030. Washington, 04 octubre 2015. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030>>. Acesso em: 23 jan, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global health expenditure database.** Disponível em: http://apps.who.int/nha/database/Key_Indicators/Index/en> Acesso em : 28 mar. 2017.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION (WITS) **Base de dados.** Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/#>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

ANEXO A

Preços Internacionais dos principais produtos exportados da Bolívia no comércio internacional, 2006-2015.												
Produtos	Mercado de Negociação	Unidade de medida	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ouro	Reino Unido (Londres)	US\$/Onça Troy	604,34	696,72	871,71	972,97	1.224,66	1.569,21	1.669,52	1.411,46	1.265,58	1.160,04
Chumbo	Reino Unido	US\$/Ton. Métrica	1.288,42	2.579,12	2.093,32	1.719,44	2.148,19	2.400,70	2.063,56	2.139,75	2.095,46	1.787,82
Gás Natural	Rússia	US\$/MM BTU	8,21	8,14	13,14	8,86	8,22	10,60	11,98	11,19	10,46	7,31
Gás Natural	Indonésia	US\$/MM BTU	8,05	8,41	11,59	7,49	9,38	15,55	18,15	17,34	17,00	10,96
Gás Natural	EUA	US\$/MM BTU	6,74	6,98	8,86	3,94	4,39	4,00	2,75	3,72	4,37	2,61
Petróleo	Preço bruto médio	US\$/Barril	64,27	71,13	97,04	61,78	79,03	104,01	105,01	104,07	96,25	50,79
Petróleo	Reino Unido (Brent)	US\$/Barril	65,39	72,71	97,66	61,86	79,63	110,95	111,96	108,84	98,94	52,40
Petróleo	West Texas Intermediate	US\$/Barril	66,05	72,29	99,59	61,69	79,40	95,05	94,14	97,93	93,13	48,75
Prata	EUA (Nova York)	Ctvs. US\$/Onça Troy	1.155,92	1.339,20	1.499,65	1.464,35	2.015,30	3.522,41	3.113,74	2.384,97	1.907,14	1.571,46
Semente de soja	EUA (Chicago)	US\$/Ton. Métrica	217,45	317,32	453,31	378,55	384,95	484,25	537,76	517,20	457,81	347,36
Farinha de soja	EUA (Chicago)	US\$/Ton. Métrica	193,97	263,67	367,94	359,27	331,32	378,86	473,28	477,30	466,97	352,72
Oléo de Soja	EUA (Chicago)	US\$/Ton. Métrica	551,50	799,74	1.133,79	787,02	924,83	1.215,82	1.151,75	1.011,11	812,71	672,16
Estanho	Qualquer origem (Londres)	US\$/Ton. Métrica	8.754,90	14.495,44	18.466,64	13.602,69	20.367,25	26.051,45	21.109,36	22.281,58	21.898,87	16.066,63
Zinco	Reino Unido (Londres)	US\$/Ton. Métrica	3.266,18	3.249,73	1.884,83	1.658,39	2.160,36	2.195,53	1.950,02	1.910,17	2.160,97	1.931,68

Nota: Referente aos preços futuros da bolsa de Londres . Fonte: Elaboração própria, com dados do INE e FMI .

ANEXO B

Bolívia: Média de anos por estudo da população de 19 anos e mais idade, por sexo, departamentos e área geográfica (Censo 1992,2001 e 2012)

(Em anos de estudos)

Descrição	1992			2001			2012		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BOLÍVIA	6,06	6,95	5,23	7,43	8,24	6,65	8,97	9,55	8,41
Chuquisaca	4,47	5,12	3,88	5,78	6,4	5,23	7,69	8,15	7,25
La Paz	6,49	7,63	5,42	7,88	9	6,84	9,3	10,14	8,5
Cochabamba	6,03	6,89	5,24	7,35	8,16	6,61	8,8	9,43	8,21
Oruro	6,74	7,95	5,68	7,98	9,04	6,98	9,53	10,3	8,8
Potosí	4,1	5,17	3,19	5,03	6,04	4,15	7,13	7,88	6,41
Tarija	5,67	6,36	5,02	6,98	7,57	6,43	8,72	9,03	8,41
Santa Cruz	6,82	7,33	6,31	8,12	8,59	7,66	9,49	9,77	9,2
Beni	6,3	6,83	5,74	7,44	7,86	6,98	9,06	9,32	8,78
Pando	5,34	5,68	4,84	7,21	7,56	6,73	9,15	9,35	8,88
URBANA	7,92	8,9	7,05	9,23	10,1	8,45	10,34	10,94	9,8
Chuquisaca	8,66	9,59	7,91	9,52	10,25	8,9	10,58	11,15	10,09
La Paz	7,91	9,08	6,86	9,4	10,51	8,41	10,65	11,47	9,91
Cochabamba	8,34	9,39	7,44	9,53	10,46	8,73	10,34	11,06	9,71
Oruro	8,17	9,38	7,12	9,9	10,99	8,96	10,86	11,61	10,2
Potosí	7,22	8,42	6,24	8,78	9,92	7,85	10,07	10,88	9,38
Tarija	7,5	8,3	6,79	8,53	9,22	7,91	10,05	10,42	9,71
Santa Cruz	7,83	8,52	7,19	9,01	9,63	8,43	10,11	10,48	9,75
Beni	7,23	7,94	6,57	8,42	9,01	7,84	9,85	10,22	9,49
Pando	8,22	8,92	7,51	9,49	10,04	8,86	10,56	10,93	10,16
RURAL	3,38	4,33	2,42	4,19	5,18	3,14	6	6,8	5,12
Chuquisaca	2,18	2,87	1,54	2,77	3,43	2,15	4,7	5,29	4,1
La Paz	3,85	5,1	2,61	4,75	6,1	3,36	6,59	7,7	5,39
Cochabamba	3,3	4,18	2,42	3,83	4,74	2,91	5,2	5,96	4,4
Oruro	4	5,27	2,85	5,15	6,45	3,78	7,25	8,29	6,15
Potosí	2,57	3,61	1,66	3,08	4,12	2,15	5,11	6,01	4,19
Tarija	3,23	3,97	2,47	4,03	4,72	3,27	6,06	6,5	5,57
Santa Cruz	4,06	4,57	3,39	5	5,5	4,33	6,54	6,85	6,12
Beni	4,45	5	3,7	5,2	5,66	4,51	6,77	7,13	6,27
Pando	4,28	4,72	3,58	5,53	5,97	4,82	7,63	7,87	7,28

Fonte: INE. 2015.

Nota: Os dados correspondentes a 1992,2001 e 2012, não incluem pessoas que residem habitualmente no exterior e pessoas que não forneceram informação

ANEXO C

Cuadro N° 32
BOLIVIA: DISTRIBUCIÓN PORCENTUAL DE LA POBLACIÓN EN LA OCUPACIÓN PRINCIPAL, SEGÚN SECTOR DEL MERCADO DE TRABAJO Y ÁREA, 1999 - 2014

MERCADO DE TRABAJO	1999	2000	2001	2002	2003-2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014 ^(p)
TOTAL	100,0	100,0	99,8	100,0										
Doméstico	1,9	2,6	3,1	2,3	2,9	2,5	2,6	3,4	2,3	2,6	2,0	2,4	2,1	1,9
Estatad	6,8	7,4	7,5	7,0	6,9	7,4	8,0	8,6	8,4	9,2	9,1	9,8	10,5	9,0
Familiar	66,0	66,1	64,7	63,8	59,3	60,0	61,0	57,0	57,1	54,9	56,7	54,2	56,8	57,3
Semiempresarial	10,6	8,8	10,1	13,1	15,0	12,4	12,1	13,6	14,3	12,7	12,6	14,5	11,5	13,9
Empresarial	14,7	15,1	14,6	13,8	15,9	17,9	16,3	17,4	17,9	20,6	19,2	18,8	18,7	17,0
Otros ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,4	0,4	0,9
Urbana	100,0													
Doméstico	3,0	4,2	5,1	3,9	4,6	3,8	4,0	5,3	3,3	3,8	2,9	3,4	2,9	2,8
Estatad	10,3	10,7	11,4	10,7	8,8	9,8	11,7	12,4	11,2	12,1	12,3	12,6	14,3	12,8
Familiar	47,9	48,3	47,2	46,5	44,6	42,3	40,7	38,5	42,0	39,8	41,9	40,6	41,1	42,7
Semiempresarial	15,4	12,6	14,1	17,6	19,1	16,9	17,4	18,9	18,4	15,9	16,6	17,7	14,6	17,3
Empresarial	23,4	24,2	22,2	21,3	22,8	27,2	26,3	24,9	25,1	28,4	25,8	25,2	26,4	23,1
Otros ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	0,5	0,7	1,2
Rural	99,5	100,0	99,2	100,0	100,0	100,0								
Estatad	2,5	2,9	2,5	2,4	4,6	4,1	3,6	3,5	4,3	4,5	4,1	5,2	4,1	3,1
Familiar	88,5	90,2	87,0	85,1	78,0	83,6	86,1	82,1	79,3	79,3	80,3	77,4	82,4	80,1
Semiempresarial	4,7	3,8	5,0	7,6	9,8	6,4	5,6	6,5	8,5	7,6	6,1	8,9	6,3	8,6
Empresarial	3,9	2,7	5,0	4,5	7,1	5,3	3,8	7,3	7,4	7,9	8,7	7,8	6,2	7,5
Otros ⁽¹⁾	-	0,4	0,5	0,4	0,6	0,6	0,9	0,7	0,6	0,6	0,8*	0,8	0,9	0,7

Fuente: Instituto Nacional de Estadística

(p) Preliminar

⁽¹⁾ Otros: Empleados en Organismos No Gubernamentales; Doméstico.

^(*) Coeficiente de variación superior a 20%, emplearlo solo de forma referencial.

Nota: La información fue obtenida a través de la Encuesta de Mejoramiento de Condiciones de Vida (MECOVI) 1999-2002, Encuesta Continua de Hogares 2003-2004 y encuestas de Hogares de 2005 a 2014.

La Encuesta de Hogares 2010 no se realizó.

ANEXO D

BOLIVIA: SALDO DE LA BALANZA DE PAGOS, SEGÚN PARTIDA																
(En millones de dólares estadounidenses)																
DESCRIPCIÓN	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL																
I. CUENTA CORRIENTE (A+B+C)	-446,31	-274,03	-349,91	84,76	337,39	622,46	1,317,58	1,591,24	1,991,31	745,78	765,55	76,6	1,970,04	749,12	-47,29	-1,923,29
A. Bienes y Servicios (1+2)	-607,58	-458,86	-516,58	-87,06	231,04	414,82	892,57	814,53	1,243,57	206,43	548,27	62,08	2,333,56	1,387,10	575,22	-1,918,97
1. Mercancías FOB (1)	-425,6	-295,04	-343,29	100,2	421,45	608,55	1,242,53	1,214,8	1,761,05	712,02	1,188,52	977,15	3,250,94	2,622,59	2,296,22	-736,42
2. Servicios (1 a 5)	-181,98	-163,82	-173,3	-187,27	-190,41	-193,72	-349,96	-400,27	-517,48	-505,59	-640,25	-915,07	-917,38	-1,235,48	-1,721,00	-1,182,55
2.1 Embarques																
2.2 Transportes	-162,65	-119,75	-104,41	-86,62	-78,82	-90,47	-162,57	-237,87	-337,5	-321,04	-369,54	-548,32	-651,52	-459,46	-518,48	-457,69
2.3 Otros Transportes																
2.4 Viajes	-8,94	-7,4	20,41	27,96	27,23	52,23	-28,48	-11,6	-6,26	-10,6	86,5	82,75	233,59	53,16	-15,99	-15,99
2.5 Otros Servicios	-10,39	-36,67	-89,3	-128,6	-138,83	-155,49	-158,9	-150,81	-173,72	-173,95	-357,21	-449,5	-499,46	-829,19	-1,186,53	-708,87
B. Renta	-225,47	-211,17	-204,76	-301,76	-384,73	-376,36	-397,25	-489,44	-536,38	-673,81	-864,11	-1,160,75	-1,629,28	-1,907,79	-1,706,70	-1,173,04
1. Renta del Trabajo	20	21,9	23,2	24,3	24,85	26,1	26,09	27,49	30,09	27,7	19,03	27,26	12,62	10,91	9,57	10,34
2. Renta de la Inversión	-245,47	-233,07	-227,96	-326,06	-409,58	-402,47	-423,34	-516,93	-566,47	-701,51	-883,14	-1,188,01	-1,641,90	-1,918,70	-1,716,27	-1,183,38
3. Otros bienes, servicios y renta																
C. Transferencias Unilaterales	386,74	396	371,43	473,68	491,08	584	822,26	1,266,15	1,284,12	1,213,16	1,081,39	1,175,27	1,265,76	1,269,80	1,084,19	1,168,73
C.1. Transferencias Corrientes	386,74	396	371,43	473,68	491,08	584	822,26	1,266,15	1,284,12	1,213,16	1,081,39	1,175,27	1,265,76	1,269,80	1,084,19	1,168,73
Normales	330,34	330,9	291,23	399,66	411,41	511,45	766,43	1,253,13	1,270,10	1,199,78	1,068,34	1,167,03	1,257,06	1,263,34	1,080,45	1,166,21
Alivio HIPC	56,4	65,1	80,2	74,02	79,68	72,55	55,83	13,02	14,02	13,37	13,05	8,24	8,7	6,46	3,75	2,51
II. CUENTA DE CAPITAL Y FINANCIAMIENTO	446,51	436,66	672,24	233,51	455,08	163,56	73,94	457,16	378,29	-28,24	918,26	977,42	541,98	-174,81	-108,17	-734,44
D. Transferencias de Capital	0	0	0	7	8	8,68	1,813,21	1,180,17	9,71	110,52	-7,17	5,93	5,73	6,15	5,3	4,74
E. Capital Salvo Reservas	446,51	436,66	672,24	226,51	447,08	154,88	-1,739,26	-723,01	368,58	-138,76	925,42	971,48	536,26	-180,96	-113,47	-739,18
1. Inversión Directa	734	703,2	674,1	194,8	82,64	-290,84	277,76	362,29	507,58	425,65	671,75	858,94	1,059,97	1,749,61	647,85	503,44
2. Inversión de Cartera	55,4	-23	-19,4	-68,16	-35,39	-153,39	25,09	-29,9	-208,09	-153,63	90,15	186,43	-360,34	-428,7	-560,53	-917
3. Otro Capital	-342,89	-243,54	17,54	99,85	399,83	599,11	-2,042,12	-1,055,4	69,1	-410,78	163,52	-73,89	-163,38	-1,501,86	-200,79	-325,62
3.1 Capital a Largo Plazo	-26,89	101,46	177,89	560,58	343,08	547,57	-1,821,08	-1,170,37	285,1	3,65	143,71	662,19	540,29	-391,5	1,353,47	908,2
3.1.1 Autoridades monetarias	-40,93	-29,33	-46,04	56,2	14,93	-42,52	-231,81	-14,66	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.2 Gobierno General	121,37	210,55	318,77	392,72	255,46	192,2	-1,576,06	-1,080,69	163,26	73,52	172,13	479,52	800,29	-517,79	362,76	274,7
3.1.3 Bancos de Depósito (3)	-93,57	-32,26	-49,51	-20,68	15,04	17,15	-13,97	-63,42	105,35	-24,45	-61,27	-48,26	-14,67	18,03	-16,31	-0,24
3.1.4 Otros Sectores (4)	-13,76	-47,51	-45,33	132,34	57,65	380,75	0,77	-11,6	16,49	-45,42	32,85	230,93	-245,32	108,26	1,007,02	633,73
3.2 Capital a Corto Plazo	-316	-345	-160,35	-460,73	56,75	51,54	-221,04	114,97	-216	-414,43	19,81	-736,08	-703,67	-1,110,36	-1,554,26	-1,233,82
3.2.1 Autoridades monetarias	1,9	4,73	0,65	0,68	6,39	5,25	5,44	3,72	6,51	4,06	5,57	3,42	-17,76	-5,23	-6,8	-6,06
3.2.2 Gobierno General	0	0	25	0	-25	5,53	22,03	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.3 Bancos de Depósito (3)	-281	-372,33	63,7	-14	10,54	-150,77	-111,77	142,89	-80,32	-248,31	22,86	-13,37	79,08	10,46	-197,58	34,13
3.2.4 Otros Sectores (4)	-36,9	22,6	-249,7	-447,41	64,82	191,53	-136,74	-31,64	-142,18	-170,18	-8,62	-726,13	-764,98	-1,115,59	-1,349,88	-1,261,89
III. ERRORES Y OMISIONES	-54,1	-202,84	-642,62	-181,86	-647,72	-322,56	-105,15	-110,72	4,44	-391,92	-759,45	1,106,67	-800,38	549,34	1,127,07	1,014,51
Total Transacciones Corrientes y N	-53,9	-40,22	-320,29	136,42	144,74	463,45	1,286,38	1,937,68	2,374,04	325,62	924,36	2,160,69	1,711,64	1,123,65	971,62	-1,643,22
Ítemes de Contrapartida																
1. Monetización/Desmonetización de oro																
2. Asignación/Cancelación DEG																
3. Variación por Revalorización en Reservas																
4. Asignación/Cancelación en Pesos Andinos																
FINANCIAMIENTO	53,92	40,21	320,26	-136,38	-144,73	-463,44	-1,286,37	-1,937,68	-2,374,04	-325,62	-924,36	-2,160,69	-1,711,64	-1,123,67	-971,65	1,643,22
Financiamiento Excepcional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alivio HIPC (Reprogramación)	15,1	8,78	17,3	15,5	12,53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pasivos que Constituyen Reservas de Autoridades Extranjeras																
1. Banco Central de Bolivia																
2. Bancos de Depósito																
Otros Pasivos																
1. Banco Central de Bolivia																
2. Bancos de Depósito																
Reservas (5)	38,82	31,43	302,96	-151,88	-157,26	-463,44	-1,286,37	-1,937,68	-2,374,04	-325,62	-924,36	-2,160,69	-1,711,64	-1,123,67	-971,65	1,643,22
1. Oro Monetario	1	0	0,63	-0,03	-0,14	0,03	0,22	-0,19	-0,29	-0,42	-246	-309,26	-14,13	-0,95	1,48	-2,12
2. Derechos Especiales de Giro	0	0	-0,02	0,43	0,81	-0,35	-0,07	-0,04	-0,91	-0,03	-0,05	0,08	-0,74	-1,95	0,02	-0,04
3. Posición de Reserva en el For	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Activos en Divisas	45,9	44,02	309,69	-142,09	-154,05	-459,34	-1,284,54	-1,936,43	-2,373,71	-324,95	-677,08	-1,850,74	-1,696,23	-1,118,82	-972,74	1,645,38
5. Otros Activos	-8,08	-12,59	-7,33	-10,19	-3,89	-3,79	-1,98	-1,01	0,87	-0,22	-1,23	-0,76	-0,55	-1,94	-0,52	0
6. Uso de Crédito del Fondo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fuente: BANCO CENTRAL DE BOLIVIA